



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
(PPG-PSTO)

**A moralidade como forma de entender
os problemas da cooperação: uma “nova” perspectiva**

Doutorado

Maria Isabela Caro Simões dos Reis

Brasília – DF, 2025



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
(PPG-PSTO)

A moralidade como forma de entender

os problemas da cooperação: uma “nova” perspectiva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,
do Trabalho e das Organizações como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora
em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pilati

Brasília, DF

Junho de 2025

Agradecimentos

Desde que eu tinha uns 13 anos, sonhava em ter um doutorado. Meus olhos brilhavam toda vez que algum professor mencionava o próprio doutorado e o que tinha estudado, e eu imaginava que aquilo era o ápice que um ser humano poderia chegar. Claro, era uma ideia totalmente romantizada e eu não tinha a menor noção do que um doutorado implicava. Mas, ao longo da minha trajetória acadêmica, entre graduação, mestrado, e agora doutorado, confesso que muitas vezes me peguei pensando "será que vale a pena?".

Eu agradeço imensamente por todas as pessoas que estiveram comigo nessa jornada. À minha família e meu marido pelo apoio e amor incondicional; aos amigos de vida e do GEPS pelas ideias compartilhadas e críticas construtivas; e ao meu orientador, Prof. Ronaldo Pilati, pela sabedoria, orientação precisa, e generosidade com o seu tempo ao longo desse total de 6 anos de parceria.

Ainda é cedo para responder objetivamente se tudo valeu a pena. Mas para a Bebela de 13 anos, com seu entusiasmo ingênuo, tenho certeza que valeu. E é por ela que cada desafio fez sentido.

Lista de Tabelas

	Página
Tabela 1. Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de nove fatores para a escala de Relevância	46
Tabela 2. Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de sete fatores para a escala de Julgamento	48
Tabela 3. Índices de ajuste dos modelos para as escalas de Relevância e Julgamento	50
Tabela 4. Questionário Final de Moralidade Como Cooperação	51
Tabela 5. Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 1	55
Tabela 6. Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 2	67
Tabela 7. Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 3	82
Tabela 8. Regressão hierárquica em dois passos tendo o Jogo do Ditador como variável critério	83
Tabela 9. Regressão hierárquica em dois passos tendo o Jogo dos Bens Públicos como variável critério	85

Lista de Apêndices

Apêndice 1. Itens novos elaborados para cada dimensão e seus respectivos Coeficientes de Validade de Conteúdo para Validade de Construto, Clareza e Honestidade	110
Apêndice 2. Questionário de Moralidade como Cooperação aplicado no Estudo 1	114

Apêndice 3. Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de sete fatores para a escala de Relevância	117
Apêndice 4. Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de seis fatores para a escala de Julgamento	119
Apêndice 5. Questionário de Fundamentos Morais – QFM20	121
Apêndice 6. Questionário final de Moralidade como Cooperação adaptado ao contexto brasileiro	123

Resumo

A cooperação é amplamente explorada em disciplinas como a Psicologia Social, Economia e Biologia. No entanto, os estudos recentes ainda pouco abordam as implicações morais dos comportamentos cooperativos, apesar da ligação íntima entre cooperação e moralidade. Com isto em vista, a presente tese teve como objetivo abordar essa lacuna explorando a teoria da Moralidade como Cooperação (MAC), uma estrutura emergente destinada a integrar esses domínios conexos. Para isto, foram desenvolvidos três estudos. O Estudo 1 teve como objetivo expandir e refinar o questionário já existente da MAC, e foram propostas três novas dimensões: Reciprocidade Indireta, Reciprocidade Negativa e *Standing*, que foram testadas em uma amostra de 360 participantes. No Estudo 2, o novo questionário MAC foi adaptado ao contexto brasileiro, com uma amostra de 543 participantes, no qual também foi testada sua validade convergente com o perfil de valores de Schwartz, *need for closure*, e altruísmo autorrelatado. No Estudo 3, foi avaliado o poder preditivo das dimensões da MAC sobre comportamentos cooperativos em jogos econômicos e sua relação com os cinco grandes fatores de personalidade, utilizando uma outra amostra de 543 participantes. Foi encontrado que as dimensões de Deferência e de Equidade e Propriedade da escala de Relevância, assim como Extroversão, apareceram como preditores da cooperação. Juntos, esses três estudos ampliam teoricamente a MAC, oferecendo um instrumento adaptado para o Brasil, além de testar empiricamente suas dimensões em contextos simulados de cooperação, contribuindo para que se estabeleça a MAC como uma teoria mais robusta de moralidade.

Palavras-chave: moralidade, cooperação, teoria dos jogos.

Abstract

Cooperation is widely studied across disciplines such as Social Psychology, Economics, and Biology. However, recent research has scarcely addressed the moral implications of cooperative behavior, despite the intimate link between cooperation and morality. This thesis aimed to fill that gap by exploring the theory of Morality as Cooperation (MAC), an emergent structure that seeks to integrate these related domains. To this end, three studies were conducted. Study 1 expanded and refined the existing MAC questionnaire by proposing three new dimensions: Indirect Reciprocity, Negative Reciprocity, and *Standing*, which were tested in a sample of 360 participants. In Study 2, the revised MAC questionnaire was adapted to the Brazilian context and administered to 543 participants, where its convergent validity was examined via Schwartz's values profile, Need for Closure, and self-reported altruism. Study 3 assessed the predictive power of the MAC dimensions on cooperative behavior in economic games and their relationships with the Big Five personality traits, using another 543-person sample. Results showed that the Relevance subscales Deference and Equity & Property, as well as Extraversion, emerged as significant predictors of cooperation. Together, these three studies advance the MAC theory by offering an adapted instrument for Brazil and empirically testing its dimensions in simulated cooperative contexts, thereby contributing to the establishment of MAC as a more robust theory of morality.

Keywords: morality, cooperation, game theory.

Mesmo antes da alvorada da civilização, a cooperação tem sido a base para a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade. O trabalho conjunto na caça, coleta, agricultura, construção, e em outros inúmeros exemplos, destaca a importância da cooperação para o progresso humano. Paralelamente, a moralidade, tecida na trama de nossas interações sociais, influencia as decisões que tomamos, os julgamentos que formamos e, em última instância, a maneira como cooperamos. Portanto, é crucial entender essa relação intrincada entre moralidade e cooperação, que permeia nossas vidas de maneira tão profunda.

Apesar do extenso estudo da cooperação em diversas áreas, como Psicologia Social, Economia e Biologia, a ligação entre moralidade e cooperação ainda carece de uma investigação aprofundada, mesmo estes dois conceitos estando estreitamente relacionados. A recente teoria da Moralidade como Cooperação (MAC – Curry, 2016), surge com o objetivo de interligar ambos os conceitos em uma só teoria coesa, apesar de ainda se encontrar longe de alcançar este propósito. Assim sendo, o objetivo geral do presente trabalho foi construir um modelo para explicar a relação entre moralidade e cooperação, tendo como base a teoria da Moralidade como Cooperação.

Além disso, como objetivos específicos, pretendeu-se revisar o questionário já existente da MAC, verificando a existência de novas possíveis dimensões com base na Psicologia Evolucionista e na Teoria dos Jogos; adaptá-lo para o contexto brasileiro; estabelecer uma rede nomológica entre os diferentes conceitos e dimensões estudadas, incluindo conceitos como a *Need for Closure*; e testar empiricamente a teoria da Moralidade como Cooperação por meio da Teoria dos Jogos.

Embora a teoria da MAC represente uma novidade para os estudos da Psicologia da Moral, a literatura atual ainda carece de uma compreensão aprofundada dos mecanismos, diferenças individuais e contextos que moldam julgamentos morais ou o endosso de cada uma de suas dimensões. Dessa forma, a presente tese surgiu como uma proposta para investigar esses aspectos, visando desenvolver um modelo mais robusto e completo para entender a relação entre moralidade e cooperação.

Moralidade

O campo da Psicologia da Moral foi passando por avanços ao longo do tempo, saindo de uma perspectiva puramente cognitiva para incluir também fatores emocionais e intuitivos, assim como os processos neurofisiológicos subjacentes. Na maioria dos cursos introdutórios, estuda-se Kohlberg (1984) como difusor da Psicologia da Moral ao tomar princípios Piagetianos para entender a moralidade em estágios progressivos. Kohlberg (1984), a partir de um modelo de desenvolvimento da moralidade, estabeleceu estágios da moralidade baseados em três pressupostos principais: (1) o critério principal para o desenvolvimento da moral é a maturidade do julgamento moral; (2) o julgamento moral é organizado em “estruturas de um todo”; (3) as novas estruturas adquiridas pelas pessoas quando se desenvolvem substituem as estruturas antigas.

Para Kohlberg (1984), o desenvolvimento moral é categorizado em três grandes níveis. O nível pré-convencional é o mais básico e geralmente observado em crianças. Nesse nível, o raciocínio moral se dá por meio do interesse próprio e da perspectiva de recompensas ou punições. Já o nível convencional concentra-se na adesão às regras,

leis e convenções morais para garantir o bom funcionamento da sociedade. E por fim, o nível pós-convencional envolve raciocínio e princípios abstratos, a partir dos quais os indivíduos entendem que, embora existam regras e leis para o bem maior, elas podem ser questionadas e não seguidas cegamente. Cada um desses níveis é subdividido em dois estágios, totalizando seis estágios.

Além disso, o autor argumentava que a estrutura subjacente do raciocínio moral permanece constante em todas as culturas, pois depende de processos cognitivos ligados ao desenvolvimento humano. No entanto, a manifestação da moralidade, ou seja, os comportamentos, decisões e ações consideradas morais, pode variar significativamente dependendo do contexto cultural, o que ressalta a importância de reconhecer a variabilidade cultural ao examinar construções morais. Entretanto, as estruturas definidas por Kohlberg, segundo Krebs e Denton (2005), organizam apenas os julgamentos morais à dilemas morais Kohlbergianos, e por isso, essas estruturas não são consistentes em outros tipos de dilemas morais. Além disso, a teoria de Kohlberg (1984) não abordava os aspectos afetivos do desenvolvimento moral, e colocava os determinantes afetivos como sendo apenas secundários.

Hoffman (1982) também estudou o desenvolvimento da moralidade, mas com o objetivo de estimular o estudo do papel dos afetos na ação ou no pensamento moral. Para o autor, a predisposição empática, decorrente da empatia, isto é, a preocupação humana por outros, é a base para a moralidade prosocial (Hoffman, 2008). Isto se dá porque ao longo da vida as pessoas vão desenvolvendo uma “angústia empática” em reação ao sofrimento do outro, que forma a base da motivação para ajudar, sendo de

grande relevância para o desenvolvimento, internalização e socialização moral (Hoffman, 1979).

Ademais, para Hoffman (2000), os pais desempenham um papel importante na promoção do crescimento moral das crianças através da “indução”, segundo o qual disciplinam seus filhos de forma que eles entendam as consequências de suas ações, particularmente no contexto de causar danos a outras pessoas. Essa indução consiste em elementos cognitivos, através dos quais os pais envolvem seus filhos no discurso para elucidar o vínculo causal entre suas ações e o impacto sobre os outros, e afetivos, em que as crianças têm assistência para associar suas ações prejudiciais com sentimentos de angústia empática e culpa. Consequentemente, o modelo de Hoffman sugere que, por meio da indução, a disciplina dos pais fornece uma estrutura robusta para que as crianças desenvolvam uma abordagem moral abrangente e baseada em empatia.

Turiel (2002), por sua vez, oferece um avanço ao propor que os indivíduos (principalmente crianças) constroem seus julgamentos morais a partir das interações sociais cotidianas, mas de forma crítica e reflexiva, e não apenas por condicionamento ou conformidade. Por outro lado, Aquino e Reed (2002) trouxeram à tona o conceito de identidade moral, mostrando que a importância que cada pessoa atribui à própria moralidade na autoimagem prediz o pensamento moral e o comportamento ético de modo significativo. Por fim, estudos neurocientíficos (Decety, 2011; Greene et al., 2001) mapearam os circuitos emocionais e cognitivos envolvidos em dilemas morais, apontando uma interação complexa entre emoção e razão.

Com o crescimento da área, outras abordagens continuaram surgindo e expandindo a compreensão da moralidade humana além do racionalismo, ao incluir a emoção e a intuição no julgamento moral. Haidt (2001), por exemplo, encontrou evidências de que alguns mecanismos mentais com carga afetiva dão origem a julgamentos morais, que, posteriormente, são justificados por meio de um raciocínio moral baseado na lógica. Dessarte, a Teoria dos Fundamentos Morais, de Haidt e Joseph (2004), é uma das teorias mais utilizadas para mapear a moralidade, e o faz categorizando as reações emocionais intuitivas e automáticas que comumente acontecem em julgamentos morais, e são facilmente encontradas em todas as sociedades. Para estes autores, existiriam cinco categorias de reações emocionais que conduzem os julgamentos morais: (1) a sensibilidade a sinais de dor e sofrimento em outros; (2) as respostas negativas aos que não retribuem favores; (3) a raiva contra os que não demonstram sinais de deferência e respeito; (4) as emoções de nojo e repulsa necessárias para explicar regras morais relacionadas à comida, sexo, menstruação e manuseio de mortos; e (5) as atitudes em relação aos limites entre grupos. As duas primeiras categorias formariam um agrupamento chamado de Fundamentos Individualizantes, que estão voltadas para a "proteção do indivíduo," enfatizando a prevenção de danos, a compaixão e o tratamento justo, e as três últimas de Fundamentos Coesivos, que se relacionam com a preservação do grupo, valorizando a união entre os membros.

A TFM tem sido recentemente relacionada com a perspectiva da cognição social motivada, que se refere às suposições sobre as relações entre as crenças das pessoas e seus alicerces motivacionais (Jost et al., 2003). Dessa forma, todas as crenças, opiniões e valores morais dos indivíduos ocorreriam devido às necessidades psicológicas

subjacentes e, por isso, intuições morais coesivas ou individualizantes surgiriam de uma necessidade de “closure,” necessidade de cognição, e da motivação empática (Strupp-Levitsky et al., 2020). Segundo os autores, entender a relação entre cognição social motivada e moralidade de forma integrada é fundamental para poder explicar ideologia política e outros construtos compatíveis.

Apesar de a TFM haver ganhado destaque como uma tentativa frutífera de mapear e integrar julgamentos e intuições morais, bem como ser relacionada com diversas variáveis importantes para se compreender o comportamento humano, existem algumas questões controversas. O Questionário de Fundamentos Morais (QFM), derivado da TFM, vem sendo questionado por sua estrutura de cinco fatores não apresentar níveis razoáveis de ajuste em análises fatoriais confirmatórias (Iurino & Saucier, 2020; Nilsson & Erlandsson, 2015). Além disso, o QFM não apresenta a mesma estrutura fatorial em suas adaptações, por vezes apresentando-se em dois grandes fatores (Reis & Pilati, 2020; Silvino et al., 2016), e outras vezes em três fatores (Harper & Rhodes, 2021). Isto representa um desafio para sua confiabilidade, como a consistência interna e a estabilidade, e validade como uma ferramenta psicométrica, podendo levar a uma dificuldade de comparabilidade das descobertas em diferentes culturas, minando a utilidade do instrumento em tirar conclusões amplas e generalizáveis sobre a moralidade.

Ademais, a própria TFM já foi criticada por propor um número artificial de fundamentos e ignorar outros fundamentos adequados como a ética no trabalho, a modéstia, e a cooperação (Curry, 2016; Suhler & Churchland, 2011); e por não levar em

conta achados da neurociência contemporânea com respeito à organização, funcionamento e desenvolvimento do cérebro (Suhler & Churchland, 2011). Ainda, Hatemi et al. (2019) encontraram baixos índices de confiabilidade teste-reteste, o que poderia contrariar o proposto por Haidt e Joseph (2004) de que os fundamentos morais são predisposições geneticamente estáveis, e possivelmente indicar que em realidade são produto de um raciocínio motivado. Ademais, Gray e Keeney (2015) realizaram estudos controlados nos quais não observaram nenhum efeito da dimensão de pureza na cognição moral, além de não encontrarem nenhuma distinção entre pureza e dano (sub-dimensões dentro dos Fundamentos Coesivos).

Mais recentemente, Atari et al. (2023) propuseram uma ampliação significativa do QFM por meio do desenvolvimento do QFM-2, como resposta a várias das críticas levantadas ao instrumento original. Os autores propõem a divisão da dimensão de Justiça em duas dimensões distintas (Igualdade e Proporcionalidade) para obter um mapeamento conceitual mais refinado e melhorar suas propriedades psicométricas. De fato, em amostras de 19 populações distintas, o QFM-2 apresentou ajustes fatoriais mais robustos, confiabilidades internas superiores e maior variância explicada em variáveis externas do que o instrumento original. Além disso, os itens de Pureza foram reformulados para reduzir o viés de religiosidade que contaminava a dimensão no instrumento anterior, corrigindo um problema conceitual. Entretanto, a aparente solidez estrutural repousa em algumas "flexibilidades" metodológicas: vários itens com cargas fatoriais expressivas em domínios distintos foram realocados manualmente de forma a concordar com o ponto de vista teórico e o arranjo proposto de seis fatores. Os autores também reconhecem que a lista de fundamentos ainda não é exaustiva, e

sugerem que outras dimensões, como Liberdade, Honra e Honestidade, sejam testadas como "candidatas" a fundamentos morais em estudos futuros, de forma a que se possa entender de forma mais ampla o escopo pluralístico da moralidade humana.

Portanto, as limitações identificadas nos pressupostos teóricos atuais sugerem a necessidade de repensar tais modelos, buscando abordagens que superem as restrições teóricas e empíricas na compreensão da moralidade.

Cooperação e Teoria dos Jogos

A cooperação é um conceito associado a uma perspectiva multinível do comportamento prosocial. Este último pode ser definido como uma categoria ampla de atos definidos por algum segmento significativo da sociedade como benéficos para outras pessoas (Penner et al., 2005). Segundo Penner et al. (2005), o comportamento prosocial pode ser analisado desde três níveis distintos de análise: micro, meso e macro. No nível micro, o foco está nas origens das tendências prosociais e nas diferenças individuais inerentes a essas tendências. Este nível investiga os fatores intrínsecos que podem moldar a inclinação de um indivíduo para se envolver em comportamentos prosociais, abrangendo variáveis como traços de personalidade, educação, orientação moral. Já o nível meso, concentra-se em interações diádicas e contextos específicos. Nesse nível, a dinâmica dos comportamentos prosociais em interações com outros é analisada, explorando como fatores tais como relacionamentos interpessoais, normas sociais e contextos situacionais podem influenciar o comportamento prosocial. Finalmente, o nível macro refere-se a ações prosociais dentro de contextos de grupo, onde a noção de cooperação se encontra. A

cooperação, nesse sentido, refere-se às ações voluntárias de indivíduos que trabalham juntos em prol de objetivos compartilhados, muitas vezes a serviço de um interesse coletivo ou grupal. Este nível de análise ilumina a dinâmica do comportamento do grupo, as normas do grupo, as influências culturais e as estruturas sociais que promovem ou inibem os empreendimentos cooperativos.

Lehmann e Keller (2006), em uma revisão sistemática, encontraram que existem quatro condições necessárias para que haja cooperação. Para estes autores, para que a cooperação evolua e ocorra, é indispensável que pelo menos uma delas exista: (1) que haja benefícios diretos ao indivíduo realizando um ato cooperativo; (2) que haja informações diretas ou indiretas que permitam formar um palpite sobre se um indivíduo se comportará cooperativamente em repetidas interações recíprocas; (3) que as interações sejam preferencialmente entre indivíduos com parentesco; e (4) que haja uma correlação genética entre genes que codificam para altruísmo e características fenotípicas identificáveis. Isto sugere que comportamentos cooperativos não são aleatórios, mas sim, enraizados em várias condições evolutivas críticas, que têm maior probabilidade de serem propagadas quando são atendidas. No entanto, apesar de esses aspectos evolutivos serem fundamentais para a compreensão da moralidade, eles são frequentemente negligenciados em muitos modelos de desenvolvimento moral, o que destaca a necessidade de uma abordagem integrada que combine biologia evolutiva com perspectivas psicológicas.

Com o passar do tempo, o estudo da cooperação adquiriu um caráter interdisciplinar, no qual biólogos que estudavam o conceito começaram a adotar

abordagens relacionadas à teoria dos jogos, da Economia, enquanto economistas e cientistas políticos incorporavam uma lógica evolutiva em seus modelos sobre aprendizagem e transmissão cultural de comportamento cooperativos (Kappeler & van Schaik, 2006). Da mesma forma, a Psicologia também incorpora elementos da Economia e da Biologia para elucidar aspectos relacionados à cooperação, principalmente no que diz respeito a relação entre parentes (Alvard, 2009; Curry, 2016), entre conhecidos e estranhos (Kenrick et al., 2008), e as relações de reciprocidade e reputação (Henrich & Muthukrishna, 2021).

Fruto disso, Henrich e Muthukrishna (2021) analisam essa abordagem expandida com jogos econômicos, levando em conta a co-evolução gene e cultura, e sua interação, e como estas moldam as características que explicam a cooperação. No entanto, os autores destacam como algumas dessas características da cooperação humana desafiam as definições evolutivas e econômicas convencionais de cooperação. Por exemplo, eles postulam que a escala e a intensidade da cooperação humana superam a de qualquer outra espécie de mamífero, uma característica atribuível à confiança enraizada dos humanos na contribuição cultural e na cooperação para a sobrevivência. Ao contrário de muitas espécies, os humanos são amplamente dependentes da aquisição de informações não genéticas de seus pares, levando ao desenvolvimento e manutenção de diversos comportamentos cooperativos. Essas características sugerem que as perspectivas econômicas e biológicas, embora valiosas, podem não captar totalmente a complexidade dos comportamentos cooperativos humanos.

De forma similar, para Bhui et al. (2019), Clutton-Brock (2002) e Griffin e West (2002), o surgimento da cooperação em humanos não é tão simples de ser explicado, e somente a relação entre parentes não é suficiente para explicar a cooperação. Para Bhui et al. (2019) é necessário levar em conta a estrutura social das sociedades. Eles propõem que a reciprocidade indireta negativa, uma forma de troca social em que os indivíduos punem ou negam ajuda àqueles que não cooperaram ou exploraram no passado, desempenha um papel crucial na supressão do comportamento antissocial e na promoção de comunidades harmoniosas. Essa abordagem depende da eficiência dos sistemas de reputação, em que as informações sobre os comportamentos passados dos indivíduos influenciam as interações sociais futuras. Isto ressalta a necessidade de considerar intrincadas dinâmicas sociais e de reputação ao explorar as complexidades da cooperação humana. Ademais, Clutton-Brock (2002) ressalta o fato de que comportamentos cooperativos não são observados exclusivamente em relações baseadas em parentesco, mesmo em sociedades não humanas. Enquanto isso, Griffin e West (2002) contribuem para a expansão do estudo sobre cooperação e altruísmo, desafiando o domínio da seleção de parentesco como o principal mecanismo para esses comportamentos.

Segundo Doebeli e Hauert (2005), a Teoria dos Jogos é uma ferramenta central para entender como entidades cooperativas conseguem superar as desvantagens e custos para si próprios, e persistir mesmo quando há trapaça e exploração por parte de outras entidades. Essa estrutura teórica fornece uma lente analítica para examinar a intrincada interação entre dinâmicas ecológicas e evolutivas que moldam a cooperação. Em outras palavras, a Teoria dos Jogos é fundamental para que se

compreenda “o problema da cooperação”, isto é, o porquê de seres humanos cooperarem apesar das tentações e inclinações para não o fazer, principalmente a partir de uma perspectiva evolucionista. Ao conceituar a cooperação e a deserção dentro de uma matriz de recompensas potenciais, a Teoria dos Jogos elucida como os comportamentos cooperativos podem evoluir e se estabilizar nas populações, apesar das aparentes vantagens das estratégias egoístas.

Dessa forma, a compreensão da cooperação demanda uma abordagem que considere desde os processos individuais até as complexas dinâmicas de grupo, integrando contribuições da Biologia, Economia e Psicologia para explicar os mecanismos que promovem comportamentos cooperativos.

Moralidade como Cooperação

Para entender melhor a relação entre moralidade e cooperação, Tomasello e Vaish (2013), postulam que os seres humanos, apesar de uma inclinação inata para o interesse próprio, também são capazes de suprimir seus desejos pessoais para promover um ambiente cooperativo. Nesse contexto, eles argumentam, a moralidade serve como um sistema regulador que orienta as interações sociais em direção a cooperação e para longe do puro egoísmo. Essa perspectiva vê a moralidade não apenas como uma construção filosófica ou abstrata, mas como um mecanismo funcional que promove o comportamento cooperativo. Ademais, sugere que a moralidade é o fio que tece os interesses individuais com o bem-estar coletivo, reprimindo as tendências egoístas inerentes que poderiam perturbar a harmonia social e os esforços coletivos.

De forma semelhante, o estudo de Simpson et al. (2013) revela um caminho subjacente através do qual os julgamentos morais podem aumentar os comportamentos prosociais. Os autores encontraram evidências, em um estudo experimental, de que o ato de fazer julgamentos morais leva aos indivíduos a se perceberem como sendo mais morais. Essa autopercepção, por sua vez, os inspira a se comportar de forma mais confiável e cooperativa, que reflete seu autoconceito moral. Portanto, a confiança, desenvolvida por meio do julgamento moral nutriria indiretamente o comportamento cooperativo e facilitaria a solidariedade entre os indivíduos, o que evidencia as maneiras multifacetadas com que a moralidade se relaciona com o comportamento cooperativo.

Como mencionado anteriormente, Hoffman (2000) argumenta que a empatia, ou seja, a resposta afetiva vicária a outra pessoa, e mais especificamente, que a angústia empática, é a base para ações morais prosociais, já que esse tipo de ação geralmente envolve ajudar alguém com desconforto, dor, perigo ou algum outro tipo de sofrimento. Dessa forma, o ato de ajudar alguém em perigo seria uma ação moral prosocial, por ser instigada pelo desconforto de outra pessoa, não de si próprio, mesmo que sentimentos positivos venham depois que a pessoa é ajudada. Além da empatia, os princípios morais também são importantes na resposta prosocial, já que podem transcender a situação e fazer com que uma pessoa necessitando ajuda se transforme numa representação de uma categoria maior de injustiças, aos olhos da pessoa que oferece a ajuda (Hoffman, 2000). Desta forma, para este autor, a maioria dos princípios morais relacionados ao cuidado e a ajuda são “carregados” com afeto

empático, influenciando o raciocínio moral prosocial que acontece quando as pessoas encontram alguém em situação de sofrimento.

De forma semelhante, Wilhelm e Bekkers (2010) ampliam nosso entendimento sobre a conexão entre princípios morais e comportamento de ajuda, demonstrando que o princípio do cuidado está associado a vários tipos de ações prosociais, incluindo voluntariado e doação de sangue. Além disso, os autores teorizam que o princípio do cuidado opera como um valor moral de ordem superior da qual emergem normas pessoais mais específicas do contexto. Essas normas pessoais motivam diretamente o envolvimento em vários comportamentos de ajuda. Portanto, certos valores morais de nível superior poderiam gerar e orientar o comportamento prosocial

Mais recentemente, Simpson et al. (2013) trazem à luz um descuido significativo em muitas teorias contemporâneas sobre comportamento prosocial. Essas teorias, particularmente aquelas decorrentes das ciências biológicas e econômicas, muitas vezes enfatizam o interesse próprio material e reputacional como os principais impulsionadores da cooperação e outras formas de comportamento prosocial. Em outras palavras, os indivíduos tenderiam a se envolver em ações cooperativas apenas quando desejassem obter ganhos materiais ou melhorar sua reputação social. No entanto, os autores argumentam que esse foco no interesse próprio negligencia a influência potencial dos julgamentos morais na promoção do comportamento prosocial.

Por outro lado, para Baumard et al. (2013) nem todo comportamento de cooperação, seja ele mutualista ou altruísta, pode ser considerado como um

comportamento moral, já que é comum em várias espécies em que não é possível atribuir moralidade. Eles sustentam que mesmo os casos de altruísmo por parentesco (*kin altruism*), não são necessariamente de natureza moral. No entanto, os autores também reconhecem a intrincada ligação entre moralidade e cooperação em termos evolutivos. Eles propõem que, embora várias formas de cooperação possam evoluir independentemente da moralidade, é um desafio conceber como a moralidade poderia evoluir sem a presença de comportamentos cooperativos. De uma perspectiva evolutiva, eles argumentam que a moralidade provavelmente surgiu como um subproduto de interações cooperativas mutualísticas, servindo para orientar a distribuição dos ganhos resultantes dessas interações (Baumard et al., 2013).

Levando isso em conta, alguns estudos vêm relacionando teorias a respeito da moralidade com diferentes tipos de comportamento prosocial. À modo de exemplo, Nilsson et al. (2016) encontraram que fundamentos individualizantes advindos da TFM estão ligados a uma tendência geral dos indivíduos em doar para diversas caridades, enquanto fundamentos coesivos estão ligados a uma propensão a doar somente para membros do próprio grupo. Da mesma forma, Süssenbach et al. (2019) observaram que pessoas que valorizam mais fundamentos individualizantes demonstraram maior responsabilidade moral e intenções prosociais com o sofrimento alheio do que pessoas que valorizam fundamentos coesivos.

A partir de alguns dos argumentos apresentados, a abordagem de Curry (2016) para entender a moralidade fornece uma taxonomia de fenômenos morais que se alinham com problemas recorrentes na vida social humana. Essa estrutura,

denominada "Moralidade como Cooperação" (MAC), postula a moralidade como uma coleção de soluções culturais e biológicas que evoluíram para resolver os problemas decorrentes da cooperação. De acordo com o autor, essas soluções surgiram por meio do processo evolutivo, impulsionadas pela seleção natural, favorecendo características que permitiram aos indivíduos capitalizarem os benefícios de interações mutuamente benéficas. Esta teoria é enquadrada pelas lentes da Teoria dos Jogos, um ramo da matemática aplicada que estuda situações de interação estratégica, em que o resultado para uma pessoa depende também das ações e decisões de outros (Hammerstein & Selten, 1994). A premissa das interações de "soma diferente de zero" — cenários em que o sucesso de um indivíduo não exige o fracasso de outro — é central para essa visão.

Desta forma, são incorporados sete tipos de cooperação para a criação da taxonomia, que são: (1) a alocação de recursos para parentes; (2) coordenação para vantagem mútua; (3) intercâmbio social; (4) resolução de conflitos por meio de disputas exibindo traços belicosos; (5) resolução de conflitos exibindo traços conciliatórios/submissos; (6) divisão de recursos disputados; e (7) reconhecimento de posse. Segundo o autor, cada um desses tipos de cooperação será considerado pelos indivíduos como sendo moralmente relevante, e dará origem a uma dimensão moral diferente.

Com o objetivo de testar esta teoria, Curry et al. (2019a) elaboraram um questionário, dividido em duas partes: relevância e julgamento. Na primeira parte, os participantes devem expressar o quão relevante consideram cada um dos itens,

quando precisam decidir se algo é certo ou errado. Na segunda, o quanto concordam com cada uma das afirmações. Em ambas as partes, os itens estão divididos entre os sete tipos de cooperação propostos, com 3 afirmativas para cada tipo. Para a escala de Relevância, as respostas variam nos pontos “nada relevante”; “não muito relevante”; “pouco relevante”; “algo relevante”; “muito relevante”; e “extremamente relevante”. Para a escala de Julgamento, os pontos de ancoragem são “discordo fortemente”; “discordo”; “não concordo nem discordo”; “concordo”; e “concordo fortemente.”

Esse questionário apresentou índices aceitáveis de consistência interna (Nunnally & Bernstein, 1994) para a maior parte das sete dimensões, com um alpha de Cronbach variando entre 0,76 e 0,86 para Relevância, e entre 0,66 e 0,83 para Julgamento, com exceção da escala de Propriedade, que obteve um alpha de 0,53. Índices mais adequados foram achados em um segundo estudo, no mesmo artigo, com um alpha variando de 0,76 a 0,88 para Relevância e de 0,64 a 0,84 para Julgamento. Em análises fatoriais confirmatórias, foram encontrados bons índices de ajuste do modelo que combinava as escalas de Julgamento e Relevância, se as diferenças entre elas eram levadas em conta. Ademais, foi realizado um teste-reteste, com o objetivo de testar a confiabilidade, e foram encontrados bons índices de estabilidade. Quando comparado ao QFM, o questionário MAC apresentou melhores ajustes e capacidade preditiva (Curry et al., 2019a).

Em outro estudo publicado no mesmo ano, Curry et al. (2019b) encontraram evidências a partir de registros etnográficos de 60 sociedades a respeito da valência moral positiva dos sete tipos de comportamentos cooperativos da MAC, o que fornece

suporte para a teoria. Mais recentemente, Yilmaz et al. (2021) realizaram a adaptação do questionário MAC ao contexto turco e encontraram um bom ajuste da escala de Relevância. Ademais, os autores descobriram que um maior endosso das dimensões da MAC está associado a uma maior prosocialidade, mas indicam que essa relação deveria ser explorada em estudos futuros, usando jogos econômicos.

A teoria de Curry (2016) da Moralidade como Cooperação (MAC) oferece uma perspectiva convincente sobre os fundamentos evolutivos da moralidade. No entanto, requer verificação empírica robusta, e atualmente, ela carece de evidências empíricas abrangentes para validar as previsões que faz sobre a natureza da moralidade e sua interação com outras variáveis. Além disso, o autor reconhece que os tipos de cooperação que sua teoria descreve não são exaustivos. Este reconhecimento abre caminho para pesquisas explorarem tipos ou subtipos adicionais de comportamento cooperativo a partir da Teoria dos Jogos. Consequentemente, há espaço para a estrutura da MAC ser refinada e expandida em outras pesquisas para melhor acessar a natureza multifacetada do comportamento cooperativo. Quanto à confiabilidade das medidas de Curry (2019a), os índices, embora considerados aceitáveis, ficam aquém de atingir níveis satisfatórios, o que sugere que há espaço para melhorias no refinamento das medidas usadas para operacionalizar os construtos dentro da teoria MAC.

Além disso, há poucos testes empíricos utilizando o questionário proposto para analisar a relevância moral dos sete tipos de comportamentos cooperativos em amostras fora do norte global, o que restringe a compreensão da moralidade como cooperação a um grupo demográfico limitado, que não representa a diversidade das

sociedades humanas. Procurando abordar essa lacuna, o estudo realizado por Curry et al. (2019b) analisou de forma qualitativa a valência moral de comportamentos cooperativos em 60 sociedades, através de um método holocultural de análise textual de etnografias. Este método é muito frutífero para explorar as minúcias de comportamentos em sociedades que só podem ser analisadas por meio de observação e entrevistas, ou de forma complementar em abordagens multimétodo. No entanto, o método holocultural é propenso ao viés do pesquisador, pois as interpretações pessoais do investigador podem influenciar a análise; e há também o risco de perder a objetividade, pois o pesquisador fica intimamente ligado aos dados. Outros desafios inerentes incluem questões de “depósito e sobrevivência seletiva,” que se refere a potenciais discrepâncias no registro ou preservação de dados etnográficos; e a reatividade dos sujeitos – alterações no comportamento dos participantes como reação ao fato de serem observados – pode distorcer ainda mais as descobertas (Shaughnessy et al., 2000).

O objetivo principal desta tese é, ao longo de três estudos, expandir a teoria existente da Moralidade como Cooperação (MAC), construindo uma estrutura conceitual mais abrangente que integre a moralidade com a cooperação, levando em conta as diferenças individuais e contextuais, e tendo como base a Teoria da Moralidade como Cooperação e a Teoria dos Jogos. Especificamente, o Estudo 1 concentra-se em ampliar o questionário MAC por meio da inclusão de novos tipos de comportamentos cooperativos e indicadores por meio de uma revisão teórica e uma amostra de participantes falantes de inglês. O Estudo 2 visa adaptar esse questionário ampliado para o português brasileiro e estabelecer uma rede nomológica,

correlacionando suas dimensões com escalas de valores, de cognição motivada e altruísmo autorrelatado em uma amostra de participantes brasileiros. Por último, o Estudo 3 busca testar experimentalmente a relação entre as dimensões da MAC e o comportamento cooperativo, utilizando dois jogos econômicos (Jogo do Ditador e Jogo dos Bens Públicos). Dessa forma, pretende-se desenvolver uma melhor representação da natureza multifacetada da moralidade, suas raízes no comportamento cooperativo e seu papel em facilitar ou dificultar as interações sociais.

Estudo 1

O estudo da moralidade tem sido um campo de interesse contínuo entre pesquisadores de várias disciplinas. No cerne dessa pesquisa, a teoria da Moralidade como Cooperação, proposta por Curry (2016), oferece uma perspectiva que associa diretamente cada um dos sete tipos de cooperação a um tipo específico de moralidade: 1) Alocação de recursos para parentes, associada a Valores Familiares; 2) Coordenação para vantagem mútua, interpretada moralmente como Lealdade de Grupo; 3) Intercâmbio social, que dá origem à Reciprocidade; 4) Resolução de conflitos por meio de disputas exibindo traços belicosos, correspondendo ao Heroísmo; 5) Exibição de traços conciliatórios, correspondendo à Deferência; 6) Divisão de recursos disputados, que denota o princípio moral de Justiça; e 7) Reconhecimento de posse, relacionado aos Direitos de Propriedade.

Considerando a autocrítica de Curry (2016) de que os tipos de cooperação apresentados no questionário MAC não são exaustivos e que pesquisas futuras deveriam trabalhar nesta tarefa, o primeiro estudo desta tese tem como foco o

aprimoramento e expansão destas dimensões. O objetivo é refinar e complementar o instrumento atual com itens adicionais e potencialmente novas dimensões, para capturar uma representação mais completa da interação entre moralidade e cooperação.

Para fazer isso, uma revisão teórica foi realizada, utilizando as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*. A revisão examinou uma gama de artigos acadêmicos abrangendo os temas de moralidade, cooperação, evolução e teoria dos jogos, como forma de identificar novos conceitos que pudessem complementar o instrumento. Foram explorados os termos "morality as cooperation," "morality," "cooperation," "types," "game theory," "evolution," bem como os conectivos "and", "or", "and not". O objetivo foi identificar potenciais lacunas conceituais nas dimensões propostas pela teoria original, possíveis indicadores não contemplados e novos tipos de cooperação.

A revisão teórica resultou na identificação de três novos tipos de cooperação (Reciprocidade Indireta, Reciprocidade Negativa, e *Standing*), além de uma série de novos indicadores nas dimensões já existentes. A seguir, são discutidas as lacunas identificadas em cada dimensão original, e ao final, as novas dimensões formuladas a partir da revisão teórica. Os itens e dimensões novas podem ser integralmente vistos no Apêndice 1.

Valores Familiares. De acordo com Curry et al. (2019), estratégias de altruísmo de parentesco (*kin altruism*) que produzem benefícios mútuos provavelmente serão vistos como moralmente louváveis. Essa perspectiva teórica ajuda a elucidar porque ações como cuidar da prole, ajudar os membros da família e prevenir a endogamia são

consideradas imperativos morais significativos. Entretanto, identificamos que a MAC falha em não considerar o *grau* de parentesco genético, conforme proposto por Hamilton (1964). A regra de Hamilton postula que o grau de comportamentos altruístas e cooperativos tende a aumentar com o aumento do parentesco genético. Essa perspectiva sugere que os indivíduos são mais propensos a agir de forma altruísta ou se engajar em comportamentos cooperativos quando tais ações são benéficas para aqueles que compartilham uma proporção substancial de seus genes, por isso, identificamos a necessidade de preencher essa lacuna ao adicionar os seguintes itens: *“Whether or not someone defended their closest relatives,” “Whether or not someone favoured a member of their closest relatives,” e “People must prioritize their closest relatives’ well-being.”*

Ademais, segundo Liberman et al. (2007), a prática de endogamia pode trazer consequências deletérias para a saúde e sobrevivência da prole, fato que pode diminuir significativamente o sucesso reprodutivo, e, portanto, é vista amplamente como sendo moralmente repreensível. Além disso, essa postura moral se estende além da evitação pessoal do incesto, incluindo também uma expectativa social de que os outros se abstenham de relacionamentos incestuosos. Em essência, essas proibições morais podem servir como mecanismos sociais para proteger a aptidão genética do grupo, desencorajando comportamentos que possam levar a efeitos distais prejudiciais, mantendo assim um equilíbrio e resolvendo problemas cooperativos. Embora Curry et al. (2019) mencionem a prevenção de endogamia, não havia nenhum item sobre a proibição social do incesto. Tendo isso em conta, foram adicionados os itens: *“Whether or not someone’s actions discourage inbreeding”, “It isn’t acceptable to*

have sex with one's relatives," e "Families should reprehend sexual relations between siblings."

Lealdade de Grupo. Na teoria da MAC é postulado que seres humanos utilizam uma variedade de estratégias para resolver problemas relacionados à vantagem mútua, portanto, formar amizades, participar de empreendimentos colaborativos, favorecer seu próprio grupo e adotar convenções locais é considerado moralmente bom. Porém, não há nenhum item que operacionalize o aspecto conjugal da lealdade, ou seja a relevância moral da exclusividade e estabilidade em relacionamentos românticos de longo prazo, que oferece benefícios recíprocos a todas as partes envolvidas, particularmente em contextos de criação de prole. Essa perspectiva poderia lançar luz sobre as críticas morais frequentemente dirigidas a relacionamentos transitórios e sem compromisso, como o comportamento sexual pré-matrimonial ou promíscuo, que representam uma ameaça à estabilidade de relacionamentos duradouros (Pinsof & Haselton, 2017). Os indivíduos que se envolvem em tais táticas reprodutivas temporárias e promíscuas podem ser vistos como uma tentativa de "pegar carona" (*free-ride*) na estrutura social, e, portanto, seriam consideradas moralmente ruins. Portanto, itens com relação aos benefícios para a comunidade de relacionamentos duradouros e de aprovação social de sexo durante relações compromissadas foram elaborados, como *"Having long-term relationships is valuable for the community," e "Having sex without commitment is harmful for the community."*

Reciprocidade. A teoria da Moralidade como Cooperação aborda a Reciprocidade Direta, isto é, "uma mão lava a outra." Este conceito parte de uma ideia

de altruísmo recíproco, ou cooperação condicional, que surge como forma de solucionar o problema de “*free riders*,” que recebem os benefícios da cooperação sem haver cooperado. A reciprocidade é conceituada, então, como um tipo de cooperação que explica o componente de “intercâmbio social” da moralidade. A MAC propõe que esses tipos de comportamento cooperativo — confiar nos outros, retribuir favores, buscar vingança, expressar gratidão e fazer reparações — seja considerado moralmente bom.

Entretanto, é ausente na teoria MAC a reciprocidade que ocorre em relacionamentos íntimos de longo prazo, que operam sob contratos sociais de exclusividade sexual em troca de recursos compartilhados (Baumeister & Vohs, 2004). Nesse acordo, cada parte concorda em abandonar outros parceiros sexuais em potencial em troca de apoio mútuo, seja emocional, financeiro ou outro. Consequentemente, qualquer violação deste acordo, como envolvimento em infidelidade, adultério ou comportamentos enganosos, é considerada moralmente repreensível. Tais ações não apenas violam a confiança inerente ao relacionamento, mas também minam a reciprocidade desses acordos cooperativos. Com isso, itens que relataram a fidelidade no matrimônio foram adicionados, como “*Whether or not someone had extramarital relationships*” e “*You must be sexually faithful to someone who is sexually faithful to you.*”

Heroísmo. A teoria dos jogos mostra que os conflitos podem ser resolvidos com “competições”, nas quais os indivíduos exibem indicadores de sua “capacidade de luta” para que a parte mais fraca se submeta à parte mais forte. Com isso, a MAC sugere que

comportamento cooperativo com demonstrações de dominação (as “virtudes heróicas” de bravura, fortaleza, habilidade e inteligência), será considerado moralmente bons. Mas por outro lado a MAC deixa de considerar, no contexto da competição masculina, o desenvolvimento de estratégias para contornar o conflito direto que torna relevante a expressão de qualidade desejáveis como a virilidade, bravura e generosidade, e reprovável a expressão de características femininas (Penke & Asendorpf, 2008). Como resultado, foram elaborados itens com relação à desejabilidade de homens apresentarem características vistas como masculinas, como por exemplo *“Whether or not a man acted femininely”* e *“It’s important that men demonstrate masculine traits.”*

Deferência. Segundo os autores (Curry et al., 2019a), outra forma de resolução de conflitos é por meio da deferência à parte mais forte, que muitas vezes se manifesta na exibição de traços submissos. Essas qualidades *“dovish”* - humildade, deferência, obediência e respeito - coletivamente referidas como “virtudes monásticas”, são consideradas elementos essenciais da moralidade. No entanto, a explicação dos autores omite certas práticas culturais e dinâmicas de gênero que podem afetar a interpretação moral dessas virtudes. Por exemplo, em culturas onde os mais velhos da família arranjam casamentos, escolher um parceiro de forma independente, ou fugir, pode ser percebido como moralmente repreensível (Hart, 2010; Marsden, 2007). Da mesma forma, certas expressões da sexualidade ou empoderamento em mulheres, como desafiar as expectativas sociais de castidade ou desobediência aos maridos, também podem muitas vezes ser consideradas moralmente incorretas (Smith & Son, 2013). Portanto, foram elaborados itens relacionados às expectativas sociais impostas

às mulheres, como castidade, obediência ao marido, humildade e aprovação familiar, como por exemplo *“Whether or not a woman acted chastely,” “Whether or not someone is in a relationship with someone their family approves,”* e *“Women should be more humble than men.”*

Justiça. Os autores também propõem que uma divisão equitativa de recursos é uma solução viável para conflitos, estabelecendo assim uma relação mutuamente benéfica que muitas vezes é considerada moralmente boa. Tal comportamento geralmente se manifesta como uma vontade de defender a justiça. No entanto, de volta ao contexto da moralidade sexual, essa abordagem igualitária se reflete na prática da monogamia, e isso não é abordado no questionário MAC. Postula-se que o conflito sobre parceiros pode ser reduzido comprometendo-se com um parceiro (Henrich et al., 2012), o que pode explicar por que a monogamia é frequentemente vista como moralmente correta, e práticas como a poligamia ou o divórcio (levando à monogamia em série) podem ser vistas como moralmente inadequadas em algumas sociedades (Sigman, 2006). Com isso, três itens com respeito à monogamia e ao divórcio foram adicionados, sendo eles: *“Whether or not someone has access to more potential partners than others,” “It’s not fair to have more than one romantic partner”* e *“Divorced people should not be allowed to marry again.”*

Direitos de Propriedade. Por fim, de acordo com a teoria da Moralidade como Cooperação, as disputas por recursos podem ser mitigadas respeitando a propriedade anterior. Essa abordagem, que contorna um conflito potencialmente prejudicial, tende a ser vista como moralmente correta, ressaltando assim a consideração generalizada

pelos direitos de propriedade e a condenação do roubo como princípios morais fundamentais. Essa deferência à posse anterior também pode oferecer insights sobre certas facetas da moralidade sexual que não são exploradas na teoria original da MAC. Com isso, foram elaborados itens pensando nos conflitos sobre parceiros em potencial que podem ser minimizados ao reconhecer os relacionamentos existentes, o que pode ser o motivo pelo qual tentar atrair ou se envolver com alguém que já está em um relacionamento costuma ser visto como moralmente repreensível (Schmitt & Buss, 2001). Este princípio também pode se estender a certos crimes sexuais que são percebidos como violações da autonomia e dos direitos de um indivíduo sobre seu próprio corpo (Wilson & Daly, 1992). Com isso, foram adicionados itens como *“Whether or not someone flirted with a married person,” “Whether or not someone violated another person's physical limits” e “It’s ok to have a crush on someone else’s romantic partner.”*

Até aqui, descrevemos as sete dimensões originais de Curry et al. (2019a) e identificamos lacunas conceituais por meio de uma revisão teórica da literatura. A partir desta base, examinamos estudos empíricos e teóricos em busca de dimensões não contempladas na operacionalização original. Isto nos permitiu propor três novas dimensões, que expandem a compreensão do conceito moral de reciprocidade ao abordar soluções para problemas de coordenação para a vantagem mútua que estavam ausentes no questionário inicial. A seguir, detalharemos essas dimensões e os respectivos itens criados.

Reciprocidade Indireta. Dando início às novas dimensões elaboradas na revisão teórica, a reciprocidade indireta opera sob o credo de "eu ajudo você e outro me ajudará." Esse nível de reciprocidade, com mais nuances do que sua contraparte, a reciprocidade direta, está intrinsecamente ligado à noção de reputação e o "cultivo" dela. Nesse contexto, a cooperação surge como um mecanismo para aumentar a posição social de alguém: ajudar quem precisa não apenas atende ao propósito imediato de prestar assistência, mas também serve para influenciar a forma como a pessoa que prestou assistência é percebida em sua comunidade. Essa reputação pode motivar outros a oferecer ajuda quando quem prestou ajuda inicialmente está em necessidade, equilibrando assim o custo individual do ato cooperativo inicial (Doebeli & Hauert, 2005; Nowak & Sigmund, 2005).

A reciprocidade indireta pode se manifestar por meio de dois caminhos principais: ascendente e descendente. Na reciprocidade indireta ascendente, um indivíduo retribui realizando um comportamento prosocial após ser o destinatário de tal ato. Isso geralmente é medido examinando a probabilidade de uma pessoa ajudar outra depois de ela mesma ter recebido ajuda (Mujcic & Leibbrandt, 2018). O segundo caminho, a reciprocidade indireta descendente, representa uma espécie de cenário de pagamento antecipado. Nesse caso, um indivíduo recebe um comportamento prosocial como resultado de ter realizado anteriormente tal comportamento em relação a outro. A probabilidade de receber ajuda após fornecê-la a outra pessoa serve como uma medida de reciprocidade indireta descendente (Van Apeldoorn & Scharam, 2016).

A teoria da MAC postula que as soluções para os dilemas sociais, por fornecer benefícios mútuos, possuem valor moral. Estendendo essa noção, propõe-se que a reciprocidade indireta e a consequente construção de reputação também sejam vistas como moralmente positivas. Nesse contexto, adquirir uma reputação louvável implica em exercer atividades que sejam bem recebidas pelos pares, podendo abrir caminho para vantagens futuras. Assim, comportamentos como ajudar quem ajuda os outros, ou pessoas com boas reputações, poderão ser percebidos como estratégias moralmente valiosas. Foram adicionados itens como: *“Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others,” “Whether or not someone who receives help has previously offered help to others,” “People with a good reputation should be helped more,”* e *“Those who have benefited from someone’s help in the past should strive to help others.”*

Reciprocidade Negativa. A reciprocidade negativa, muitas vezes caracterizada como uma resposta à não cooperação, representa outra dimensão da reciprocidade que influencia os julgamentos morais e a cooperação. Este conceito surge do princípio "olho por olho, dente por dente" encontrado no código de Hammurabi, no qual o dano devolvido pelo dano recebido fornece uma plataforma moralmente sancionada para exigir vingança (Eisenberger et al., 2004). Assim, o ato de punir os desertores ou aqueles que se desviam das normas cooperativas pode, por sua vez, infligir custos que compensam a tentação de trapacear, o que de forma semelhante à reciprocidade positiva, pode estimular a cooperação futura (Stevens et al., 2005).

Bhui et al. (2019) explica esse aspecto da reciprocidade negativa, descrevendo que opera sob a premissa de que “só é ruim fazer coisas ruins com pessoas boas,” o que implica que aqueles que cooperam não devem ser alvo de ações prejudiciais. Dessa forma, a reciprocidade negativa agiria como mecanismo de controle de comportamentos nocivos, ajudando a sustentar aderência às normas sociais (Bhui et al., 2019). Além disso, o ato de punir indivíduos não cooperativos pode, em certas sociedades, servir para aumentar a credibilidade e a reputação daqueles que aplicam a punição (Jordan et al., 2016). Isso, com efeito, reforça seu "escore pessoal," e favoreceria a cooperação futura destinada a estes indivíduos, semelhante ao impacto da reciprocidade positiva.

A reciprocidade negativa pode se manifestar de duas formas: direta e indireta. A reciprocidade negativa direta refere-se à resposta imediata a um comportamento não cooperativo que foi infligido diretamente à pessoa. Essa resposta pode envolver medidas retaliatórias direcionadas à pessoa que não cooperou, servindo como forma de punição por suas ações. Por outro lado, a reciprocidade negativa indireta não está diretamente ligada a um comportamento imediato, mas sim influenciada pelo "escore de imagem pessoal" geral da pessoa ou posição dentro da comunidade, ou seja, à sua reputação. Essa forma indireta de reciprocidade permite ao grupo impor sanções ou penalidades àqueles que têm uma reputação negativa, o que pode ser devido a um histórico de comportamentos não cooperativos (Bhui et al., 2019).

Embora a reciprocidade negativa seja abordada no trabalho de Curry et al. (2019), que investiga a valência moral dos tipos de cooperação em 60 sociedades, ela

não é explicitamente considerada no questionário proposto pelo autor, e por isso foi considerada na proposta de expansão após a revisão teórica. Assim sendo, punir indivíduos que se envolvem em trapaça ou *“free-riding”* é considerado moralmente benéfico porque desencoraja futuras más condutas e promove benefícios mútuos. Alguns dos itens adicionados são: *“Whether or not someone punished others for cheating,” “Whether or not someone with a good reputation is being punished,” “People who don’t cooperate with society must be punished,”* e *“Uncooperative behavior must suffer retaliation.”*

Standing. Outro conceito relacionado à reciprocidade, é o *“standing”* que diz respeito a recusar ajuda a uma pessoa com baixo escore pessoal. Esse conceito resolve um problema com as estratégias de escore pessoal, porque inicialmente, não ajudar uma pessoa não-cooperativa, com escore pessoal baixo, faria com que o próprio escore pessoal diminuísse, diminuindo chances de ajuda futura. Com o *standing*, o indivíduo permanece com uma boa posição social justamente por se recusar a ajudar uma pessoa *“não digna”* (Leimar & Hammerstein, 2001). É possível ainda extrapolar o conceito de *standing*, e dizer que um indivíduo poderia até mesmo atingir uma má reputação ao ajudar um trapaceiro, o que diminuiria as chances de cooperação futura para ele (Doebeli & Hauert, 2005). Assim, a partir da teoria MAC, pode-se dizer que a escolha de não ajudar os *“maus atores”* é considerada moralmente benéfica porque evita o potencial impacto negativo na própria reputação enquanto promove benefícios mútuos. É por isso que seria considerado moralmente bom negar ajuda àqueles que não contribuem para a sociedade ou têm uma reputação negativa. Os itens escolhidos para refletir essa dimensão foram: *“Whether or not someone helped someone who*

didn't deserve to be helped," "Whether or not someone assisted someone with a good reputation" e "You don't have the obligation to help bad people."

Método

Geração do Conjunto de Itens

Após a revisão teórica, foi elaborado um conjunto inicial de 61 itens em inglês e três novas dimensões, contando com a ajuda de quatro assistentes de pesquisa. Para dimensão de Valores Familiares, foram adicionados 8 itens novos incluindo indicadores sobre o grau de parentesco e a proibição do incesto; para Lealdade Grupo, 4 itens, abordando relacionamentos estáveis e duradouros; para Reciprocidade, 5 itens, com respeito a fidelidade no matrimônio; Heroísmo, 4 itens abordando a desejabilidade de características masculinas; para Deferência, 8 itens abordando expectativas sociais impostas às mulheres; para Justiça, 3 itens com relação a monogamia; e para Direitos de Propriedade, 6 itens orientados ao reconhecimento de relacionamento pré-existent e autonomia sobre seu próprio corpo. Para as novas dimensões foram adicionados 7 itens para Reciprocidade Indireta, 6 itens para Reciprocidade Negativa e 10 itens para *Standing*. Na construção do *pool* de itens, foi mantido o formato do instrumento original, no qual cada item foi avaliado em uma escala *Likert* de 5 pontos, e empregando duas escalas: "Relevância" e "Julgamento." Para a escala de Relevância, a pergunta inicial era "Quando você decide se algo está certo ou errado, até que ponto as seguintes considerações são relevantes para o seu pensamento?" (*When you decide whether something is right or wrong, to what extent are the following considerations relevant to your thinking?*), e as opções de resposta variavam entre "Nada relevante" e

“Extremamente relevante”. Na escala de Julgamento, os participantes eram apresentados a pergunta “Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações?” (*To what extent do you agree with the following statements?*), e as opções de resposta variavam de “Discordo fortemente” até “Concordo fortemente”. Como no questionário MAC original, o foco desses novos itens estava principalmente nas relações interpessoais, havendo um esforço para evitar referências à tecnologia moderna ou ao governo. Essa decisão foi tomada para garantir que o *pool* de itens expandido mantivesse sua relevância e aplicabilidade em um amplo espectro de cenários e contextos, visando refletir o escopo universal do instrumento original.

Todos os novos itens gerados passaram por um processo de triagem, avaliados por um painel independente de 11 especialistas de nível superior completo, alunos de pós-graduação em Psicologia Social, nenhum dos quais envolvido na fase de geração dos itens. Cada um desses juízes especialistas foi instruído a revisar e classificar os itens com base em três critérios principais: (1) Validade de construto: os juízes foram solicitados a avaliar a extensão em que cada item parecia medir o construto que foi projetado para representar; (2) Compreensibilidade: Avaliação da clareza e a compreensão dos itens; e (3) Honestidade: Por fim, os juízes avaliaram a probabilidade de os respondentes responderem honestamente aos itens.

Após a triagem dos especialistas, o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) foi calculado para cada item. Essa medida, conforme proposta por Hernández-Nieto (2002), considera o número de juízes, a pontuação máxima possível na escala e a média das respostas dos juízes. O padrão aceito para validade de conteúdo é um valor

de CVC acima de 0,80 (Hernández-Nieto, 2002), indicando que o item mede fortemente o construto pretendido. No entanto, reconhecendo que muitos itens apresentavam forte clareza e honestidade, apesar de pontuarem abaixo do limite de 0,80, foi decidido um ponto de corte mais brando de $CVC_i = 0,75$, que resultou no corte de 31 itens. Isso foi baseado no entendimento de que esses itens seriam posteriormente submetidos a uma análise fatorial exploratória, durante a qual outros itens poderiam potencialmente ser eliminados. Por fim, calculou-se a validade de conteúdo total de todo o questionário (CVCt). Essa medida agregada indicou que o questionário tinha validade de conteúdo geral satisfatória, alcançando uma pontuação de 0,83. Isso sugere que o novo questionário da MAC foi avaliado como sendo adequado para medir com precisão os construtos definidos em nosso modelo. Todos os itens novos e seus respectivos CVCi podem ser vistos no Apêndice 1.

Cabe destacar que alguns itens foram modificadas em sua escrita por sugestão dos juízes, para facilitar sua compreensão. Por exemplo, "Whether or not someone defended their closest relatives" e "Whether or not someone favoured a member of their closest relatives" foram modificados para "Whether or not someone acted to protect their family." e "Whether or not someone helped a member of their family."

Participantes

Para a análise fatorial exploratória (AFE) neste estudo, foi estimado que seria necessário recrutar um mínimo de 360 participantes. Essa estimativa foi baseada em um total de 72 itens, incluindo 30 novos itens juntamente com os 42 itens do instrumento original proposto por Curry et al. (2019a). Conforme recomendado por

Hair et al. (2018), foi usada uma proporção de pelo menos 5 participantes por item para determinar o tamanho da amostra necessário, para garantir um nível adequado de poder estatístico. Entretanto, devido à extensão do questionário, o que poderia acarretar muitos participantes respondendo com desatenção, decidiu-se por um mínimo de 500 participantes.

A amostra não-probabilística total esteve composta por 507 participantes que tinham a língua inglesa como língua materna, dos quais 44 não passaram em pelo menos uma checagem de atenção e foram removidos. A amostra final esteve composta por participantes entre 18 e 77 anos ($M = 39,45$; $SD = 12,55$), sendo 52,9% homens, 45,1% mulheres, 1,7% não-binários, e 0,2% preferindo não revelar seu gênero. Quanto à educação, a maioria dos participantes tinha graduação completa (47,3%), seguido por Ensino Médio completo (32%) e mestrado (11,2%). Com relação a religião, 47,7% dos participantes reportaram ser cristão (católico, protestante, etc), 41,9% reportaram não ser religioso, e 10,4% de outras denominações. Com relação ao posicionamento político, 22,7% se consideraram como de esquerda, 23,8% “inclinado à esquerda”, 23,8% de centro, 18,8% “inclinado à direita”, 8,4% de direita, e 2,6% preferiram não reportar. A maioria dos participantes (98,3%) era de origem estadunidense e residente dos Estados Unidos, enquanto 1.7% eram estadunidenses residentes em outros países.

Instrumentos

Questionário de Moralidade como Cooperação. A escala original de Curry et al. (2019a) como mencionado anteriormente, possui duas partes, abordando a Relevância e o Julgamento, em um total de 42 itens. Cada uma dessas partes possui sete

subescalas com três itens cada uma, que medem os sete tipos de comportamento cooperativo propostos até o momento: ajudar a sua família, ajudar o seu grupo, retribuir custos e benefícios, ser corajoso, submeter-se à autoridade, dividir recursos disputados, e respeitar a propriedade. No estudo de Curry et al. (2019a), os alphas de Cronbach variam de 0,76 a 0,86 para a parte de Relevância, e de 0,53 a 0,83 para a parte de Julgamento. Além dos 42 itens originais, também foram aplicados 30 novos itens, e três novas dimensões: Reciprocidade Indireta, Reciprocidade Negativa, e “*Standing*”. O instrumento, como aplicado aos participantes, pode ser visualizado no Apêndice 2.

Questionário de Fundamentos Morais (QFM). Graham et al. (2011) elaboraram uma escala de 30 itens, com opções de resposta em uma escala Likert, também dividida em duas partes. Na primeira parte, o indivíduo precisa avaliar cada item em termos de Relevância, e deve definir o quanto algo é certo ou errado. Na segunda parte, de Julgamento, o indivíduo julga se concorda ou não com cada uma das assertivas. Esta escala foi originalmente formulada com cinco fatores (Harm, Fairness, Ingroup, Authority e Purity), mas alguns estudos recentemente apontaram que o questionário apresenta melhor ajuste quando dividido em apenas duas dimensões (Silvino et al., 2016). Neste estudo, foi utilizado o QFM20 (Graham et al., 2011), a versão reduzida com 20 itens. Diferentemente do questionário MAC, as escalas de Relevância e Julgamento do QFM não são medidas de forma separada. Os alfas encontrados foram de 0,82 para os Fundamentos Individualizantes, e de 0,91 para os Fundamentos Coesivos. O questionário pode ser encontrado no Apêndice 5.

Checagens de atenção. Por se tratar de uma bateria extensa de itens a serem respondidos, foi decidido utilizar duas checagens de atenção diretas e autorreportadas, com os itens “Gostaríamos que você pulasse esta questão para mostrar que está lendo com atenção. Basta clicar em próximo” e “Se você estiver prestando atenção, por favor selecione 'concordo moderadamente' para este item.” A primeira checagem de atenção foi inserida ao final do questionário MAC, e a segunda ao final do QFM20.

Análise de dados

Utilizando o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 24.0, foi observado se a matriz de dados do questionário MAC poderia ser submetida ao processo de análise fatorial. Também foram realizados testes para averiguar a normalidade de distribuição dos dados e identificar a presença de *outliers*, para que pudesse ser definido um método de extração adequado, e para averiguar a estrutura do questionário com a análise paralela, análise de componentes principais e teste *scree* de Cattell. Depois, foi realizada uma análise fatorial exploratória, na qual foram verificadas as dimensões latentes, e que itens tinham carga inferior a 0,30, para serem eliminados. Também foi verificada a distribuição das respostas em cada um dos itens, para verificar itens com distribuições desbalanceadas ou com alto *skewness*. As dimensões e itens resultantes foram refinados utilizando análise fatorial confirmatória, por meio do software Jamovi, versão 2.4.1. Depois, a escala final foi relacionada com o Questionário de Fundamentos Morais, utilizando correlações de Pearson, para verificar as evidências de validade pela relação com outros construtos.

Procedimentos

A coleta de dados se deu em modo online, utilizando a plataforma “Connect” da empresa CloudResearch, sendo colocado como requisito que os participantes tivessem o inglês como língua materna. De forma anônima, os participantes eram pedidos que expressassem sua concordância em participar por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Depois, os participantes completaram o questionário MAC, o QFM, e por fim, às perguntas sociodemográficas. Todos os participantes foram recrutados e remunerados segundo os critérios específicos da plataforma.

Resultados

Para a análise de dados, decidiu-se por seguir os procedimentos de Curry et al. (2019) referentes ao instrumento original. Tendo em vista que a escala de Relevância e de Julgamento foram elaboradas com o objetivo de medir dois aspectos diferentes da moralidade, elas foram analisadas separadamente. Foi realizada uma análise do *pool* inicial de itens em cada subescala (Relevância e Julgamento) através da matriz de correlações. Foi verificado que para a escala de Relevância, os itens 6 e 7 da dimensão de Valores Familiares possuíam baixas correlações (abaixo de 0,2) com os demais itens, e por isso foram removidos. Para a escala de Julgamento, foram removidos os itens 5 e 6 da dimensão de Valores Familiares, seguindo o mesmo critério.

Primeiramente, foram realizadas análises fatoriais exploratórias (AFE), através das quais verificou-se a adequação amostral através do índice de Kayser-Meyer-Olkin e do teste esfericidade de Bartlett. Foi encontrado que a escala de Relevância possuía um $KMO = 0,92$ e $\chi^2(595) = 12.600$, $p < 0,001$, enquanto para julgamento, $KMO = 0,90$, e

VF2-Whether or not someone helped a member of their family.		0,90	
VF3-Whether or not someone's action showed love for their family.		0,78	
VF4-Whether or not someone defended their closest relatives.		0,77	
VF5-Whether or not someone favoured a member of their closest relatives.		0,49	
LG1-Whether or not someone acted in a way that helped their community.	0,95		
LG2-Whether or not someone helped a member of their community.	0,95		
LG3-Whether or not someone worked to unite a community.	0,75		
LG4-Whether or not someone was loyal to their community.	0,45		
R1-Whether or not someone did what they had agreed to do.	-0,85		
R2-Whether or not someone kept their promise.	-1,01		
R3-Whether or not someone proved that they could be trusted.	-0,68		
IR1-Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others.		-0,69	
IR2-Whether or not someone who receives help has previously offered help to others.		-0,74	
IR3-Whether or not someone offers help because they have previously been helped by others.		-0,91	
IR4-Whether or not someone who has been given help in the past now offers to help others.		-0,85	
NR1-Whether or not someone punished others for cheating.		-0,34	
NR2-Whether or not someone who has not cooperated should be punished for it.		-0,42	
NR3-Whether or not someone with a good reputation is being punished.		-0,41	
S1-Whether or not someone helped someone who didn't deserve to be helped.		-0,84	
S2-Whether or not someone showed support for someone with a bad reputation.		-0,86	
S3-Whether or not someone cooperated with an unworthy person.		-0,91	
H1-Whether or not someone acted heroically.		0,76	
H2-Whether or not someone showed courage in the face of adversity.		0,84	
H3-Whether or not someone was brave.		0,84	
D1-Whether or not someone deferred to those in authority.			0,82
D2-Whether or not someone disobeyed orders.			0,78
D3-Whether or not someone showed respect for authority.			0,77
F1-Whether or not someone kept the best part for themselves.			0,75

F2-Whether or not someone showed favouritism.		0,87
F3-Whether or not someone took more than others.		0,81
PR1-Whether or not someone vandalised another person's property.	0,91	
PR2-Whether or not someone kept something that didn't belong to them.	0,88	
PR3-Whether or not someone's property was damaged.	0,84	
PR4-Whether or not someone respected another person's physical boundaries	0,57	

VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de Grupo; R: Reciprocidade; IR: Reciprocidade Indireta; NR:

Reciprocidade Negativa; S: *Standing*; H: Heroísmo; D: Deferência; F: Justiça; PR: Direitos de Propriedade.

Tabela 2

Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de sete fatores para a escala de Julgamento.

Item	Fator						
	1	2	3	4	5	6	7
Alfa de Cronbach	0,92	0,85	0,82	0,68	0,80	0,73	0,79
VF1- People should be willing to do anything to help a member of their family.	0,85						
VF2-You should always be loyal to your family.	0,87						
VF3-You should always put the interests of your family first.	0,86						
VF4-People must prioritize their closest relatives' well-being.	0,78						
LG1-People have an obligation to help members of their community.					-0,67		
LG2-It's important for individuals to play an active role in their communities.					-0,70		
LG3-You should try to be a useful member of society.					-0,53		
R1-You have an obligation to help those who have helped you.			0,58				
R2-You should always make amends for the things you have done wrong.			0,48				
R3-You should always return a favour if you can.			0,66				
R4-You must be sexually faithful to someone who is sexually faithful to you.							
IR1-People should help someone who has previously helped others.			0,64				
IR2-People with a good reputation should be helped more.		-,040	0,31				

IR3-Those who have benefited from someone's help in the past should strive to help others.	0,69		
NR1- People who don't cooperate with society must be punished.	-0,76		
NR2- Those who punish cheaters should be regarded better than others.	-0,62		
NR3- Uncooperative behavior must suffer retaliation.	-0,75		
S1- People should not help other people with a bad reputation.	-0,63		
S2- You don't have the obligation to help bad people.	-0,31	0,35	
S3- It's important to ensure that people who do not contribute to society do not get rights.	-0,71		
S4- Society should not aid unworthy people.	-0,71		
H1- Courage in the face of adversity is the most admirable trait.			0,63
H2- Society should do more to honour its heroes.			0,86
H3- To be willing to lay down your life for your country is the height of bravery.			0,73
D1- People should always defer to their superiors.	-0,38		0,32
D2- Society would be better if people were more obedient to authority.	-0,40		
D3- You should respect people who are older than you.			
F1- Everyone should be treated the same.			0,74
F2- Everyone's rights are equally important.			0,81
F3 The current levels of inequality in society are unfair.			0,58
PR1- It's acceptable to steal food if you are starving		0,59	
PR2- It's ok to keep valuable items that you find, rather than try to locate the rightful owner.		0,59	
PR3- Sometimes you are entitled to take things you need from other people.		0,69	

Considerando que a solução de nove e sete fatores respectivamente permitiam

uma interpretação mais próxima ao teorizado, decidiu-se por testar o ajuste dos dois

modelos na análise fatorial confirmatória. Além disso, o item 4 da dimensão de

Reciprocidade, item 2 da dimensão de Reciprocidade Indireta, item 2 da dimensão de

Standing, e itens 1, 2, e 3 da dimensão de Deferência, foram removidos da escala de

Julgamento por possuírem cargas fatoriais abaixo de 0,30 ou por possuírem

cross-loadings em mais de um fator. Com isso, a dimensão de Deferência foi removida da escala de Julgamento.

Para testar o ajuste dos modelos na análise fatorial confirmatória, optou-se por utilizar os mesmos índices utilizados por Curry et al. (2019), isto é, o RMSEA, com valores < 0,01, 0,05, e 0,08 indicando ajuste excelente, bom, e medíocre, respectivamente; o CFI, com valores > 0,90 considerados aceitáveis; e SRMR, com valores < 0,08 considerados bons. Como pode ser visto na Tabela 3, apesar de não haver mudanças significativas entre a solução de sete e de nove fatores para a escala de Relevância, a escala de Julgamento apresenta uma melhora significativa do ajuste na solução de sete fatores. Tendo isto em conta, decidiu-se por utilizar as soluções de nove e de sete fatores.

Tabela 3

Índices de ajuste dos modelos para as escalas de Relevância e Julgamento.

Modelo	χ^2	gl	CFI	SRMR	RMSEA
<i>Relevância</i>					
Sete fatores	1144*	356	0,925	0,061	0,069
Nove Fatores	1483*	524	0,923	0,058	0,063
<i>Julgamento</i>					
Seis fatores	1061*	284	0,859	0,083	0,077
Sete fatores	909*	303	0,897	0,066	0,066

Com os resultados da AFC, a escala de Relevância resultou em um total de 9 dimensões. Dessas 9, as novas dimensões propostas de “Reciprocidade Negativa” e

“*Standing*” se fundiram em uma só, que foi intitulada de “Punição”, e a escala de “Reciprocidade Indireta” formou um fator independente. Com isso, as dimensões da escala de Relevância foram: (1) Valores Familiares; (2) Lealdade de Grupo; (3) Reciprocidade; (4) Reciprocidade Indireta; (5) Punição; (6) Heroísmo; (7) Deferência; (8) Justiça; e (9) Direitos de Propriedade.

Já para a escala de Julgamento, o total foi de 7 dimensões. Da mesma forma, as dimensões de “Reciprocidade Negativa” e “*Standing*” se uniram como um fator só. Diferentemente do ocorrido na escala de Relevância, as dimensões de “Reciprocidade” e “Reciprocidade Indireta” foram estabelecidas como um fator só. Por outro lado, a dimensão de Deferência não foi identificada como um fator independente. Com isso, as dimensões da escala de Julgamento foram: (1) Valores Familiares; (2) Lealdade de Grupo; (3) Reciprocidade Direta e Indireta; (4) Punição; (5) Heroísmo; (6) Justiça; e (7) Direitos de Propriedade. Os índices de confiabilidade da escala de Relevância estiveram entre 0,87 e 0,93, enquanto para a escala de Julgamento estiveram entre 0,68 e 0,92. A escala final, com suas médias, desvios padrão, e alfas pode ser visualizada no Tabela 4.

Tabela 4

Questionário Final de Moralidade Como Cooperação, com médias, desvios padrão, e coeficiente de confiabilidade para cada fator

Relevância	M	SD	α
Valores Familiares	3,73	0,82	0,88
1. Whether or not someone acted to protect their family.			
2. Whether or not someone helped a member of their family.			
3. Whether or not someone’s action showed love for their family.			
4. Whether or not someone defended their closest relatives.			
5. Whether or not someone favoured a member of their closest relatives.			
Lealdade de Grupo	4,18	1,15	0,92
1. Whether or not someone acted in a way that helped their community.			

2. Whether or not someone helped a member of their community.			
3. Whether or not someone worked to unite a community.			
4. Whether or not someone was loyal to their community.			
Reciprocidade	4,00	0,94	0,90
1. Whether or not someone did what they had agreed to do.			
2. Whether or not someone kept their promise.			
3. Whether or not someone proved that they could be trusted.			
Reciprocidade Indireta	3,24	1,02	0,93
1. Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others.			
2. Whether or not someone who receives help has previously offered help to others.			
3. Whether or not someone offers help because they have previously been helped by others.			
4. Whether or not someone who has been given help in the past now offers to help others.			
Punição	2,91	0,97	0,89
1. Whether or not someone punished others for cheating.			
2. Whether or not someone who has not cooperated should be punished for it.			
3. Whether or not someone with a good reputation is being punished.			
4. Whether or not someone helped someone who didn't deserve to be helped.			
5. Whether or not someone showed support for someone with a bad reputation.			
6. Whether or not someone cooperated with an unworthy person.			
Heroísmo	3,73	0,99	0,90
1. Whether or not someone acted heroically.			
2. Whether or not someone showed courage in the face of adversity.			
3. Whether or not someone was brave.			
Deferência	3,11	1,08	0,87
1. Whether or not someone deferred to those in authority.			
2. Whether or not someone disobeyed orders.			
3. Whether or not someone showed respect for authority.			
Justiça	3,64	0,98	0,87
1. Whether or not someone kept the best part for themselves.			
2. Whether or not someone showed favouritism.			
3. Whether or not someone took more than others.			
Direitos de Propriedade	4,17	0,87	0,89
1. Whether or not someone vandalised another person's property.			
2. Whether or not someone kept something that didn't belong to them.			
3. Whether or not someone's property was damaged.			
4. Whether or not someone respected another person's physical boundaries			
Julgamento	M	SD	α

Valores Familiares	3,37	1,01	0,92
1. People should be willing to do anything to help a member of their family.			
2. You should always be loyal to your family.			
3. You should always put the interests of your family first.			
4. People must prioritize their closest relatives' well-being.			
Lealdade de Grupo	3,63	0,79	0,80
1. People have an obligation to help members of their community.			
2. It's important for individuals to play an active role in their communities.			
3. You should try to be a useful member of society.			
Reciprocidade Direta e Indireta	4,00	0,61	0,82
1. You have an obligation to help those who have helped you.			
2. You should always make amends for the things you have done wrong.			
3. You should always return a favour if you can.			
4. People should help someone who has previously helped others.			
5. Those who have benefited from someone's help in the past should strive to help others.			
Punição	2,52	0,83	0,85
1. People who don't cooperate with society must be punished.			
2. Those who punish cheaters should be regarded better than others.			
3. Uncooperative behavior must suffer retaliation.			
4. People should not help other people with a bad reputation.			
5. It's important to ensure that people who do not contribute to society do not get rights.			
6. Society should not aid unworthy people.			
Heroísmo	3,76	0,88	0,79
1. Courage in the face of adversity is the most admirable trait.			
2. Society should do more to honour its heroes.			
3. To be willing to lay down your life for your country is the height of bravery.			
Justiça	4,21	0,74	0,73
1. Everyone should be treated the same.			
2. Everyone's rights are equally important.			
3. The current levels of inequality in society are unfair.			
Direitos de Propriedade	2,43	0,83	0,68
1. It's acceptable to steal food if you are starving			
2. It's ok to keep valuable items that you find, rather than try to locate the rightful owner.			
3. Sometimes you are entitled to take things you need from other people.			

Ademais das análises fatoriais, também foram realizadas correlações de Pearson para verificar as evidências de validade convergente das dimensões do questionário MAC com os fatores individualizantes e coesivos do QFM. Cabe destacar que apesar de também possuírem escalas de Relevância e Julgamento, o QFM não

diferencia estas duas escalas em escalas separadas. Como pode ser visto na Tabela 5, foram identificadas correlações positivas significativas entre todas as dimensões de Relevância e Julgamento da MAC com os fundamentos coesivos do QFM, exceto as dimensões de Justiça e Direito de Propriedade da escala de Julgamento, que foram negativas. Também foram identificadas correlações positivas significativas entre todas as dimensões de Relevância e Julgamento da MAC com os fundamentos individualizantes, exceto com as dimensões da Punição e Direito de Propriedade da escala de Julgamento, que não foram significativas.

Tabela 5*Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 1*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1. R-VF																	
2. R-LG	0,64*																
3. R-Rec	0,38*	0,46*															
4. R-Indirect	0,51*	0,58*	0,45*														
5. R-Puni	0,42*	0,46*	0,36*	0,62*													
6. R-Hero	0,46*	0,49*	0,40*	0,47*	0,39*												
7. R-Defer	0,39*	0,44*	0,26*	0,45*	0,51*	0,41*											
8. R-Justi	0,30*	0,35*	0,35*	0,38*	0,44*	0,37*	0,35*										
9. R-DP	0,16*	0,11*	0,29*	0,17*	0,23*	0,25*	0,30*	0,36*									
10. J-VF	0,51*	0,41*	0,23*	0,38*	0,30*	0,28*	0,39*	0,16*	0,07								
11. J-LG	0,33*	0,56*	0,25*	0,37*	0,29*	0,28*	0,34*	0,28*	0,14*	0,44*							
12. J-Indirect	0,32*	0,35*	0,34*	0,45*	0,30*	0,33*	0,30*	0,38*	0,31*	0,44*	0,48*						
13. J-Puni	0,23*	0,18*	0,06	0,34*	0,48*	0,13*	0,33*	0,13*	0,01	0,34*	0,16*	0,19*					
14. J-Hero	0,39*	0,34*	0,24*	0,38*	0,30*	0,48*	0,42*	0,20*	0,24*	0,52*	0,33*	0,45*	0,30*				
15. J-Justi	0,06	0,17*	0,11*	0,03	-0,05	0,07	-0,08	0,17*	0,10*	-0,01	0,18*	0,24*	-0,20*	-0,01			
16. J-DP	-0,05	-0,00	-0,04	0,02	0,00	-0,13*	-0,26	-0,04	-0,21*	-0,20*	-0,12*	-0,17*	-0,01	-0,28*	0,06		
17. Individual	0,41*	0,44*	0,39*	0,41*	0,31*	0,41*	0,25*	0,50*	0,35*	0,24*	0,35*	0,50*	0,07	0,36*	0,48*	-0,07	
18. Coesivos	0,45*	0,39*	0,29*	0,41*	0,44*	0,29*	0,62*	0,23*	0,19*	0,63*	0,34*	0,31*	0,52*	0,58*	-0,21*	-0,31*	0,20*

Nota. R: Escalas de Relevância; J: Escalas de Julgamento; VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de grupo; Rec: Reciprocidade; Indirect: Reciprocidade Indireta; Puni: Punição; Hero: Heroísmo; Defer: Deferência; Justi: Justiça; DP: Direito de propriedade; Individual: Fundamentos Individualizantes; Coesivos: Fundamentos Coesivos.

* $p < .001$

** $p < .05$

Discussão

O objetivo geral do presente estudo foi identificar novos tipos de cooperação na teoria da MAC, como forma de ampliar o entendimento e a abrangência do questionário e da teoria, e acredita-se que esse objetivo foi alcançado. Inicialmente, com a revisão teórica, foram identificadas três novas dimensões: a Reciprocidade Indireta, Reciprocidade Negativa, e o *Standing* – todas derivados do conceito de reciprocidade e atuando como soluções para problemas decorrentes do intercâmbio social. No decorrer da análise de dados, ao analisar a escala de Relevância, a Reciprocidade Indireta apresentou-se como uma dimensão separada, conforme previsto. No entanto, Reciprocidade Negativa e *Standing* convergiram em uma única dimensão, o que é coerente, uma vez que ambas as categorias envolvem uma reação à não-cooperação e ações contra os desertores, visando aumentar a cooperação futura. Portanto, esta dimensão unificada foi denominada como Punição. Um padrão semelhante foi observado na escala de Julgamento, em que Reciprocidade Negativa e *Standing* também se agruparam em uma única dimensão. Contudo, a Reciprocidade Direta e Indireta convergiram em uma única dimensão, o que sugere que os itens formulados para a Reciprocidade Indireta podem precisar de mais distinção em estudos futuros para serem diferenciados adequadamente da Reciprocidade Direta.

Além disso, foram incorporados novos itens à dimensão de Valores Familiares, tanto na escala de Relevância quanto na de Julgamento. Esses itens destacam a importância do grau de parentesco nas estratégias de altruísmo de parentesco, reforçando a visão de que a proximidade familiar desempenha um papel crucial na cooperação.

Por outro lado, os indicadores de moralidade sexual foram eliminados quase que em sua totalidade de todas as dimensões, com a exceção da dimensão de Direitos de Propriedade. Nesta última, um único item referente ao direito dos indivíduos sobre seus próprios corpos permaneceu no questionário. Isto poderia indicar que a teoria da MAC pode não abranger completamente todos os aspectos da moralidade, como inicialmente pensado (Curry et al, 2019b). Em outras palavras, os princípios de cooperação, embora fundamentais, podem não ser suficientes para explicar completamente a origem e a complexidade de todos os aspectos da moralidade. Essas descobertas poderiam indicar que a moralidade é um conceito multidimensional e complexo, cujas facetas podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo, mas não se limitando a cooperação. Mais pesquisas são necessárias para explorar e entender plenamente esses outros aspectos da moralidade que a teoria MAC pode não abordar completamente.

Estudo 2

A moralidade serve como uma bússola, orientando decisões, relacionamentos, estabelecendo normas sociais e moldando valores. Ela também norteia o comportamento e fornece uma estrutura para distinguir entre o certo e o errado. Portanto, uma investigação aprofundada sobre a moralidade e os julgamentos morais pode fornecer insights importantes e ajudar a desvendar as complexidades de diversas interações e fenômenos sociais. No entanto, a maior parte da pesquisa psicológica existente concentra-se em sociedades de características socioeconômicas e culturais bastante específicas, majoritariamente do norte global. Embora parte da população brasileira compartilhe das mesmas características socioeconômicas que estas amostras,

existem vários fatores contextuais proximais, como tradições regionais, arranjos familiares e diversidade étnica que podem influenciar a moralidade. Assim, adaptar instrumentos psicológicos para diferentes contextos culturais, inclusive para o Brasil, é fundamental para aumentar a sensibilidade dos métodos e diversificar a compreensão sobre valores, princípios e comportamentos morais. Além disso, como Curry et al. (2019) propõem que a MAC delinea normas morais universais e apresenta-se como uma teoria unificadora da moralidade, é de suma importância testar, em diferentes sociedades, a medida em que a moralidade como cooperação é aceita, ou, influenciada por fatores culturais.

Ainda, para poder contextualizar a teoria da MAC, é essencial estabelecer uma rede nomológica que dê evidências de validade convergente e discriminante do questionário com outras variáveis tipicamente associadas à moralidade e ao comportamento cooperativo. Uma das variáveis que poderia potencialmente estar relacionada com a MAC é a *Need For Closure* (NFC), isto é, a necessidade motivacional epistêmica de uma pessoa por qualquer resposta a qualquer tópico (Webster & Kruglanski, 1994). Shteynberg et al. (2017), por exemplo, encontraram que baixos níveis de NFC estão ligados a um tratamento justo com outras pessoas, enquanto Dugas et al. (2019) encontraram que maiores níveis de NFC indicam tendências a glorificar membros do endogrupo e hostilizar membros do exogrupo. Do ponto de vista da moralidade, Federico et al. (2016) encontraram que baixos níveis de NFC estão associados a uma menor adesão aos Fundamentos Coesivos da Teoria dos Fundamentos Morais, e De Cristofaro et al. (2019) sugerem que a relação entre NFC e o tratamento ruim para com imigrantes é mediada pelos Fundamentos Coesivos.

Além disso, a empatia tem sido apontada como um mecanismo central para o desenvolvimento moral dos indivíduos. Hoffman (1996) argumenta que o desenvolvimento da empatia, especialmente diante de um estranho inocente em risco, fornece o alicerce para ações morais prosociais. Nesse modelo, a detecção de pistas contextuais (como o sofrimento alheio) atua inicialmente como um condicionamento que promove respostas afetivas de preocupação, as quais, com a maturação, evoluem para uma capacidade empática e estimulam comportamentos moralmente relevantes de cuidado e ajuda, como o altruísmo. De modo complementar, Decety e Cowell (2018) sugerem que a aversão interpessoal a causar dano, observada ainda na infância, molda de forma duradoura a cognição moral e social, enquanto Eisenberg et al. (1991) mostram como disposições altruístas emergem na infância e se associam a comportamentos prosociais, argumentando que crianças com maior predisposição altruísta mostram julgamentos mais sofisticados sobre o certo e o errado. Com isso, decidiu-se por incluir neste estudo a relação da Consideração Empática (Davis, 1983) e do Altruísmo Autorrelatado (Penner et al., 1995) com a MAC.

Também é importante considerar o papel dos valores enquanto "princípios morais" que orientam o que as pessoas entendem por certo ou errado. Nem todos os valores fazem parte de um sistema moral estrito, e sua relevância pode variar amplamente entre indivíduos e culturas, enquanto a moralidade tende a se ancorar em normas universais de cuidado e reciprocidade (Twito-Wingarten & Knafo-Noam, 2022). Ainda assim, muitos valores podem ser considerados valores morais, e por isso, Graham et al. (2011) argumentam que a literatura sobre valores pode trazer insights para compreender por que certos fundamentos morais são mais centrais para uns do que outros, ou a moralidade como um todo, e que isso é muitas vezes ignorado por

pesquisadores. No estudo de Graham et al. (2011), os fundamentos morais mais relacionados ao dano e a justiça (individualizantes) estiveram relacionados com valores de benevolência e justiça social, enquanto os fundamentos relacionados com as preocupações com o endogrupo, autoridade e pureza (coesivos) estiveram relacionados com os valores de ordem social, lealdade, e segurança nacional. Em vista disso, utilizamos no Estudo 2 o Questionário de Perfis de Valores de Schwartz para explorar como essas motivações pessoais se relacionam com as dimensões da MAC. Espera-se que as dimensões da MAC que tratam sobre a reciprocidade, justiça e equidade estejam relacionadas com os valores de auto-transcendência, que engloba universalismo e benevolência. Também se espera que as dimensões que tratam de punição, heroísmo e deferência estejam relacionadas com os valores de autoaperfeiçoamento, que engloba temas como o poder sobre recursos e pessoas.

Portanto, o presente estudo centra-se na adaptação e avaliação das evidências de validade do instrumento recém-ampliado de Moralidade como Cooperação (MAC) para uso no cenário brasileiro. Ao adaptar o questionário MAC, amplia-se a aplicabilidade dessa ferramenta, ao mesmo tempo em que se esquadrinha a pretensão de universalidade. Esse processo fornece informações valiosas sobre semelhanças e disparidades culturais em julgamentos morais, aumentando assim o crescente corpo de pesquisa sobre moralidade. Além disso, pretendeu-se ampliar as evidências de validade ao construir uma rede nomológica com outras variáveis de diferenças individuais, com o objetivo de construir um quadro teórico amplo que ajude a explicar a MAC. A validação transcultural deste instrumento também fortalecerá ainda mais sua robustez teórica e psicométrica.

Método

Participantes

Foi utilizado o software G*Power (versão 3.1.9.4) para realizar uma estimativa do tamanho amostral necessário para as análises de correlação entre as escalas do estudo, tendo em conta o número de variáveis. Foi levado em consideração um poder de 0,95, com alfa de 0,05, e antecipando um tamanho de efeito pequeno ($f^2 = 0,02$), obtendo como resultado um mínimo de 543 participantes.

A amostra esteve composta por um total de 621 participantes, sendo que 475 passaram nas checagens de atenção. A amostra final apresentou idade variando entre 18 e 64 anos ($M = 31,81$, $SD = 8,86$) e foi composta por 27,8% homens, 71,8% mulheres e 0,4% de indivíduos não-binários. Em termos de orientação política, 11,8% se declararam de esquerda, 19,4% inclinados à esquerda, 33,5% centro, 20,2% inclinados à direita e 15,2% de direita. Quanto à escolaridade, 0,6% dos participantes concluíram o ensino fundamental, 3,4% não completaram o ensino médio, 26,7% completaram o ensino médio, 18,7% cursaram, mas não completaram o ensino superior, 31,2% concluíram o ensino superior, 3,8% não concluíram a pós-graduação e 15,6% concluíram a pós-graduação.

Instrumentos

Questionário de Moralidade como Cooperação. Foi utilizada a versão do MAC construída do estudo anterior (Tabela 4) traduzida para o português brasileiro, com 35 itens para a escala de Relevância e 27 itens para a escala de Julgamento. Os alfas de Cronbach para as escalas de Relevância variaram entre 0,75 e 0,90 e para as escalas de

Julgamento entre 0,56 e 0,85. Os omegas de McDonalds variaram entre 0,76 e 0,90 para as escalas de Relevância e entre 0,64 e 0,85 para as escalas de Julgamento.

Questionário de Perfis de Valores de Schwartz (PVQ). O PVQ é um instrumento que avalia 19 categorias motivacionais de valores por meio de 57 itens. Para o presente estudo, utilizou-se a versão adaptada ao contexto brasileiro de Torres et al. (2016). Os participantes responderam aos itens uma escala tipo Likert de 6 pontos, variando de 1 (não se parece nada comigo) a 6 (se parece muito comigo). Optou-se por utilizar os 4 fatores de segunda ordem da escala, sendo estes Autotranscendência, Automelhoria, Abertura a mudança e Conservação. Os alfas dos 4 fatores nesta amostra variaram entre 0,81 e 0,87.

Need For Closure. A escala breve de *Need for Closure* é um instrumento criado por Roets e Van Hiel (2011) para avaliar o grau de necessidade dos indivíduos de resposta a qualquer tópico, em oposição à confusão e a ambiguidade. Foi utilizada a versão adaptada ao contexto brasileiro por Reis e Pilati (2020), com 15 itens e alfa de 0,80, avaliados em uma escala Likert de 6 pontos, variando de 1 (discordo completamente) a 6 (concordo completamente).

Bateria de Personalidade Prosocial. Decidiu-se por utilizar a escala de Altruísmo Autorrelatado, composta por 5 itens, da Bateria de Personalidade Prosocial. É uma escala elaborada por Penner et al. (1995) e adaptada ao contexto brasileiro por Rabelo e Pilati (2013). Esta dimensão se refere à tendência em ajudar pessoas necessitadas e possui opções de resposta que variam em uma escala Likert de 5 pontos, entre 1 (nunca) e 5 (muito frequentemente). O alfa para esta amostra foi de 0,78.

Checagens de Atenção. Foi utilizada a seguinte checagem de atenção após ao final dos itens do MAC: “Gostaríamos que você pulasse esta questão para mostrar que está lendo com atenção. Basta clicar em próximo.”

Também foram tomados os dados sociodemográficos dos participantes, incluindo idade, gênero, e escolaridade e orientação política.

Procedimentos

Primeiramente, foi realizada a adaptação ao contexto brasileiro do questionário criado por Curry et al. (2019) e revisado no estudo anterior. Para isto, foram adotadas as diretrizes apresentadas por Borsa et al. (2012), que destacam a importância de não realizar uma tradução literal, mas uma que leve em conta considerações linguísticas, culturais e contextuais. O processo começou com a tradução por dois tradutores bilíngues independentes. Seguindo as recomendações de Beaton et al. (2000), um dos tradutores tinha familiaridade com o construto em estudo, enquanto o outro não estava ciente dos objetivos da pesquisa. Essa abordagem dupla permite uma interpretação balanceada dos itens do questionário, incorporando tanto a compreensão do construto quanto uma perspectiva imparcial.

Após a tradução inicial, foi realizada uma síntese das duas versões traduzidas. Nesta etapa, as versões foram comparadas para que fosse possível chegar a uma versão unificada. Uma vez concluída a síntese, um grupo de especialistas foi convocado, e foi pedido que avaliassem a estrutura, as instruções do instrumento e a adequação das expressões utilizadas nos itens, para garantir a sua precisão e relevância cultural. Após a avaliação dos especialistas, foi recrutada uma amostra de 10 participantes sem familiaridade com os temas abordados para avaliar os itens, com o

objetivo de obter uma perspectiva do público-alvo sobre a clareza e aplicabilidade dos itens. Finalmente, foi realizada a tradução reversa do instrumento, empregando mais dois tradutores independentes. Esta etapa permitiu avaliar até que ponto a versão traduzida refletia com precisão o instrumento original, garantindo a manutenção do significado original e a validade da adaptação. A versão final do questionário em português pode ser verificada no Apêndice 6.

Com o questionário MAC adaptado para a cultura brasileira, participantes brasileiros foram recrutados online para participar do estudo através da plataforma *BeSample*, onde aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, completaram o questionário MAC, a escala NFC, e o BPP, e responderam aos dados sociodemográficos. Os participantes foram recrutados e remunerados pela participação segundo os critérios próprios da plataforma.

Análise de Dados

Os dados foram analisados utilizando o software Jamovi, versão 2.4.1, tendo $p < 0,05$ como nível de significância. Primeiro, foi verificada a distribuição dos dados e a presença de outliers. Em seguida, foi conduzida uma análise fatorial confirmatória, utilizando os critérios de Hu and Bentler (1999) para verificar a melhor estrutura fatorial. Depois disso, foram conduzidas correlações bivariadas de Pearson, para investigar possíveis relações significativas entre as escalas de NFC e do PVQ com as dimensões do questionário MAC.

Resultados

A análise fatorial confirmatória (AFC) foi conduzida separadamente para as escalas de Relevância e de Julgamento, com base na estrutura identificada no Estudo 1.

Para a escala de Relevância, que compreende 35 itens distribuídos em 9 fatores, os índices de ajuste foram: $\chi^2(524) = 1278$, $p < .001$; RMSEA = 0,055 [IC 90%: 0,051, 0,059]; CFI = 0,916 e SRMR = 0,054. Esses valores indicam um bom ajuste do modelo, considerando que o RMSEA se aproxima dos valores considerados como bom (inferiores a 0,05), o CFI excede o limiar de 0,9, e o SRMR está dentro do padrão desejado (inferior a 0,08).

De forma semelhante, para escala de Julgamento, composta por 27 itens distribuídos em 7 fatores, os índices foram: $\chi^2(303) = 835$, $p < .001$; RMSEA = 0,061 [IC 90%: 0,056, 0,066]; CFI = 0,874 e SRMR = 0,061. Embora o RMSEA e o SRMR indiquem ajuste aceitável, o CFI ficou aquém do critério de 0,9, sugerindo que o ajuste do modelo para a escala de Julgamento é um pouco inferior ao observado na escala de Relevância. Apesar de um dos itens ("Os níveis atuais de desigualdade na sociedade são injustos") da subescala de Justiça ter apresentado uma estimativa de carga abaixo de 0,3, sua remoção reduziria a dimensão para apenas dois itens, o que não é recomendado para garantir a estabilidade do construto, por isso, optou-se por mantê-lo no modelo. Adicionalmente, os índices de consistência interna da escala de Relevância variaram entre 0,75 e 0,90, enquanto os da escala de Julgamento oscilaram entre 0,56 e 0,85, refletindo uma redução na consistência interna de ambas as escalas em comparação com os achados do Estudo 1.

Além das AFCs, foram realizadas correlações de Pearson para avaliar a validade convergente das dimensões do MAC com os perfis de valores de Schwartz (PVQ) de segunda ordem, NFC, e altruísmo autorrelatado (BPP). Os resultados indicaram que várias dimensões da escala de Relevância e de Julgamento apresentam relações

positivas significativas com essas variáveis, indicando que um maior endosso a diversas dimensões da MAC está relacionado a maiores níveis de altruísmo e necessidade de fechamento, assim como um endosso a vários valores básicos propostos por Schwartz. Cabe destacar que dois dos fatores de segunda ordem do PQV obtiveram correlações moderadas com muitas das dimensões do MAC. Em particular, a Autotranscendência (ST-PQV) mostrou correlações positivas moderadas com Lealdade de Grupo (tanto para Relevância como para Julgamento), Reciprocidade Direta e Indireta (Julgamento), Heroísmo (Julgamento) e Justiça (Julgamento); enquanto Conservação (C-PQV) obteve correlações positivas moderadas com Valores Familiares (Relevância e Julgamento), Lealdade de Grupo (Relevância e Julgamento), Reciprocidade Direta e Indireta (Julgamento) e Heroísmo (Julgamento), e uma correlação negativa moderada com Direito de Propriedade (Julgamento). Ademais, NFC apresentou uma correlação positiva fraca com Valores Familiares (Relevância) e Punição (Julgamento). E, por último, cabe destacar a relação positiva fraca entre Altruísmo Autorrelatado (BPP) e Reciprocidade Indireta (Relevância), Valores Familiares (Julgamento), Lealdade de Grupo (Julgamento) e Reciprocidade Direta e Indireta (Julgamento). Estes resultados fornecem evidências de validade convergente do instrumento MAC e podem ser vistos na Tabela 6.

Tabela 6

Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 2.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
1. R-VF																					
2. R-LG	0,56*																				
3. R-Rec	0,41*	0,46*																			
4. R-Ind	0,46*	0,51*	0,43*																		
5. R-Pun	0,47*	0,44*	0,45*	0,51*																	
6. R-Her	0,47*	0,42*	0,36*	0,43*	0,54*																
7. R-Def	0,38*	0,39*	0,45*	0,38*	0,57*	0,51*															
8. R-Just	0,26*	0,34*	0,43*	0,35*	0,55*	0,39*	0,46*														
9. R-DP	0,42*	0,35*	0,50*	0,32*	0,43*	0,36*	0,52*	0,52*													
10. J-VF	0,30*	0,17*	0,10*	0,26*	0,17*	0,20*	0,12*	-0,02	-0,02												
11. J-LG	0,18*	0,39*	0,12*	0,26*	0,15*	0,23*	0,19*	0,15*	0,15*	0,40*											
12. J-DIn	0,19*	0,27*	0,18*	0,35*	0,23*	0,20*	0,20*	0,12*	0,12*	0,43*	0,54*										
13. J-Pun	0,12*	0,06	0,05	0,17*	0,24*	0,13*	0,09	0,07	0,07	0,27*	0,16*	0,21*									
14. J-Her	0,27*	0,20*	0,12*	0,19*	0,21*	0,31*	0,22*	0,08	0,08	0,41*	0,35*	0,36*	0,28*								
15. J-Just	0,14*	0,13*	0,09	0,01	0,03	0,07	0,08	0,08	0,08	0,14*	0,13*	0,12*	-0,09**	0,13*							
16. J-DP	-0,10**	-0,01	-0,08	-0,09**	-0,10**	-0,08	-0,16*	0,04	0,04	-0,18*	-0,04	-0,10*	0,02	-0,12*	-0,00						
17. ST-PQV	0,23*	0,35*	0,18*	0,23*	0,23*	0,23*	0,18*	0,16*	0,16*	0,27*	0,42*	0,43*	0,02	0,30*	0,32*	-0,13*					
18. SE-PQV	0,18*	0,08	0,18*	0,17*	0,21*	0,17*	0,11**	0,21*	0,21*	0,05	0,12*	0,16*	0,28*	0,14*	0,00	0,15*	0,11**				
19. O-PQV	0,21*	0,20*	0,16*	0,15*	0,24*	0,18*	0,11**	0,15*	0,15*	0,06	0,19*	0,18*	0,15*	0,22*	0,24*	0,05	0,54*	0,34*			
20. C-PQV	0,34*	0,32*	0,18*	0,29*	0,27*	0,28*	0,29*	0,08*	0,08	0,45*	0,39*	0,45*	0,15*	0,45*	0,22*	-0,33*	0,65*	0,18*	0,32*		
21. NFC	0,20*	0,11**	0,13*	0,18*	0,15*	0,11*	0,17*	0,03	0,03	0,10*	0,13*	0,18*	0,22*	0,14*	0,02	-0,08	0,12*	0,23*	0,09	0,32*	
22. BPP	0,10**	0,18*	0,06	0,20*	0,17*	0,15*	0,13*	0,05	0,05	0,21*	0,27*	0,21*	0,07*	0,15*	0,08	-0,08	0,31*	-0,04	0,20*	0,24*	0,12**

Nota. R: Escalas de Relevância; J: Escalas de Julgamento; VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de grupo; Rec: Reciprocidade; Ind: Reciprocidade Indireta; Pun: Punição; Her: Heroísmo; Def: Deferência; DIn: Reciprocidade Direta e Indireta; Just: Justiça; DP: Direito de propriedade; ST-PQV: *Self-transcendence* do PQV; SE-PQV: *Self-enhancement* do PQV; O-PQV: *Openness to change* do PQV; C-PQV: *Conservation* do PQV; NFC: *Need for Closure*; BPP: Altruísmo autorrelatado.

* $p < .001$

** $p < .0$

Discussão

O objetivo deste estudo foi adaptar o instrumento de Moralidade como Cooperação (MAC) para o contexto brasileiro, avaliando sua estrutura fatorial e evidências de validade convergente. Os resultados da AFC demonstraram que a estrutura do questionário, conforme estabelecida no Estudo 1, foi replicada de maneira satisfatória. Para a escala de Relevância, o modelo apresentou um bom ajuste global, com índices de RMSEA, CFI e SRMR dentro dos critérios aceitos na literatura (Hu & Bentler, 1999). Já para a escala de Julgamento, embora o ajuste tenha sido aceitável, o CFI ficou abaixo do esperado, sugerindo que o modelo poderia ser refinado.

A redução da consistência interna das escalas em relação ao Estudo 1, especialmente na escala de Julgamento, também aponta para possíveis desafios na replicação dos fatores em um novo contexto cultural. Ademais, a presença de um item da dimensão de Justiça com carga inferior a 0,3 reforça esse ponto, indicando que ajustes futuros (como a inclusão de novos itens para essa dimensão e remoção desse item problemático) podem ser necessários. Entretanto, foi decidido por manter o item pela necessidade de preservar a estabilidade da dimensão, evitando que ela ficasse com apenas dois itens, o que poderia comprometer sua validade e interpretabilidade.

Além disso, as análises de evidências de validade convergente mostraram que as dimensões do MAC se correlacionam significativamente com construtos teoricamente relacionados, como os perfis de valores de Schwartz, a necessidade de *closure* (NFC) e o altruísmo. Essas relações reforçam a validade teórica da teoria MAC, indicando que suas dimensões abarcam aspectos relevantes do julgamento moral e do comportamento cooperativo. Cabe mencionar, em particular, as relações significativas

entre NFC e as dimensões da escala de Relevância, como Valores Familiares, Reciprocidade Indireta, Punição, e Deferência, e com as dimensões da escala de Julgamento, como Reciprocidade Direta e Indireta e Punição. Estes achados estão em linha com pesquisas anteriores que indicam que a *need for closure* está relacionada a valores coesivos da moralidade (Baldner & Pierro, 2019; Federico et al., 2016; Reis & Pilati, 2020). Ademais, cabe mencionar a relação positiva entre a escala de altruísmo autorrelatado (BPP) e a Lealdade de Grupo, tanto na escala de Relevância quanto na de Julgamento, assim como em outras escalas da MAC. Esse achado sugere que indivíduos que consideram a lealdade ao grupo como um fator moralmente relevante também tendem a se engajar mais em comportamentos altruístas. Isso poderia relacionar-se aos achados de Balliet et al. (2014) que indicam que uma maior identificação com o grupo pode ser um facilitador de ações prosociais.

Com relação aos valores, os resultados também não são surpreendentes. As correlações mais consistentes apareceram com os valores de segunda ordem autotranscendência e conservação. A autotranscendência inclui o universalismo e a benevolência, ou seja, uma maior preocupação com o bem-estar e os interesses alheios, enquanto a conservação engloba segurança e conformidade com regras sociais. Twito-Wingarten e Knafo-Noam (2022) argumentam que universalismo e benevolência têm implicações centrais para a moralidade, pois refletem princípios que orientam ações prosociais além do interesse próprio. Para Schwartz (2010), universalismo e benevolência, juntos com conformidade, segurança e poder, são os valores que mais frequentemente influenciam comportamentos prosociais em diversos contextos. Por exemplo, Pulfrey e Butera (2015) demonstraram que indivíduos com forte orientação à autotranscendência dedicam-se mais aos estudos para melhorar a

sociedade e rejeitam com maior veemência trapaças ou comportamentos de “*free-rider*” – analogamente ao que capturamos na nova dimensão de Reciprocidade Direta e Indireta do MAC. Já a Conservação correlacionou-se moderadamente com valores familiares e lealdade de grupo, tanto nas escalas de Relevância como de Julgamento. Isso se alinha a achados de Sagiv e Schwartz (1995), que associaram altos níveis de Conservação à menor disposição de interagir com grupos externos, e a Davidov e Meuleman (2012), que encontraram correlações entre Conservação e atitudes negativas em relação a imigrantes.

No geral, os resultados indicam que a adaptação do MAC para o português brasileiro foi bem-sucedida, com suporte para sua estrutura fatorial e evidências de validade convergente. Por outro lado, algumas limitações deste estudo devem ser consideradas. Primeiramente, a redução da confiabilidade sugere que a adaptação do instrumento ainda precisa de alguns ajustes. Além disso, embora as correlações entre a MAC e outras variáveis forneçam suporte à validade convergente do instrumento, futuras pesquisas poderiam explorar a validade preditiva do questionário em relação a comportamentos cooperativos em situações mais semelhantes à vida real.

Estudo 3

Nos dois primeiros estudos desta tese, expandimos e refinamos o questionário Moralidade como Cooperação (MAC), incluindo duas novas dimensões (Reciprocidade Indireta, e Punição para a escala de Relevância e Reciprocidade Direta e Indireta e Punição para a escala de Julgamento) e buscamos evidência de validade baseada na estrutura interna tanto em inglês quanto em português do Brasil. Além disso, demonstramos evidências de validade convergente ao mostrar que as dimensões do

MAC se correlacionam moderadamente com perfis de valores de Schwartz, *need for closure* e medidas de altruísmo autorrelatado, indicadores que guardam estreita relação com comportamentos cooperativos e moralidade na literatura.

Conceitualmente, a MAC foi construída sobre a premissa de que a moralidade evoluiu para resolver dilemas de cooperação que podem ser formalizados pela teoria dos jogos (Curry, 2016), e cada dimensão da MAC corresponderia a um tipo de problema que jogos econômicos simulam. Portanto, o presente estudo investigou a capacidade preditiva das dimensões do MAC em tarefas de tomada de decisão econômica que simulam conflitos e oportunidades de cooperação, já que até aqui, todas se basearam em autorrelatos e correlações.

Jogos econômicos são procedimentos experimentais nos quais os participantes são apresentados a uma série de escolhas nas quais devem decidir como alocar recursos entre si e entre outros (von Neumann & Morgenstern, 1944). Estes jogos se baseiam na Teoria dos jogos, um ramo da matemática aplicada que estuda situações de interação estratégica, nas quais o resultado para um participante depende das ações e decisões de outros. A Teoria dos jogos diferencia dois tipos de jogos: o primeiro, os jogos de soma zero (ou “*zero-sum games*”) são interações estritamente competitivas nas quais o ganho de um jogador corresponde diretamente à perda do outro; e o segundo, os jogos de soma diferente de zero (ou “*nonzero-sum games*”), que permitem interações cooperativas, nas quais ambos os jogadores podem se beneficiar simultaneamente. Notavelmente, a Teoria da evolução sugere que a seleção natural favorece as estratégias projetadas para atingir o equilíbrio em interações “*nonzero-sum*.” Isso significa que os indivíduos que conseguem se engajar de forma eficaz nessas interações cooperativas tendem a ter maior sucesso em termos de

sobrevivência e reprodução. Tendo isso em conta, jogos econômicos são frequentemente usados nos campos da Economia, Psicologia e Sociologia para estudar a tomada de decisão e as interações entre os indivíduos, e são particularmente úteis para explorar vários aspectos do comportamento humano, incluindo cooperação, justiça, altruísmo, confiança, reciprocidade e conflito, sob condições controladas.

Existem diversos fatores que podem influenciar o comportamento em jogos econômicos. Em especial, estudos têm evidenciado que a motivação moral influencia a tomada de decisões em situações interpessoais, tanto através de processos conscientes quanto inconscientes (Brodbeck et al., 2013). Isso se opõe à visão da teoria econômica neoclássica, que supõe que os seres humanos sempre agem para maximizar seus resultados de forma racional e autointeressada, já que as evidências sugerem que a realidade é mais complexa e que os indivíduos também podem ser guiados por considerações morais e éticas (Aguiar et al., 2008). Além disso, a influência da moralidade nas decisões relacionadas à distribuição de recursos é evidente desde a infância. Gummerum et al. (2010) encontraram que até mesmo crianças de 3 a 5 anos apresentam comportamentos influenciados por emoções morais, como raiva e culpa, ao alocar recursos em jogos econômicos. Isso sugere que a sensibilidade às questões morais e a tendência para se comportar de maneira cooperativa e justa podem ser aspectos intrínsecos da natureza humana.

Clarkson (2022) observa que há um crescente corpo de pesquisa que enfatiza a interseção de julgamentos morais e comportamento em jogos econômicos, e argumenta que isso é um avanço significativo para o campo, pois vai além das tradicionais medidas diretas de moralidade. Entretanto, o autor sugere que algumas

teorias, como a Teoria dos Fundamentos Morais e a MAC, apesar de suas contribuições significativas para a compreensão da cognição moral, não dão suficiente foco para a associação entre julgamentos morais e comportamento, e que isso é imperativo para alcançar um maior entendimento de como a moralidade prediz o comportamento em situações específicas. Contudo, alguns autores já estabeleceram conexões entre comportamentos em jogos econômicos e endosso de diferentes fundamentos morais (Clark et al., 2017). Especificamente, descobriu-se que um maior endosso aos fundamentos individualizantes em contrapartida aos fundamentos coesivos, estava relacionado como uma maior cooperação no jogo do Dilema do Prisioneiro e o maior investimento e maior nível de retorno do investimento do outro jogador no Jogo da Confiança, indicando que os fundamentos morais podem predizer a performance em jogos de trocas econômicas.

De forma semelhante, Curry (2016) utilizou os princípios da Teoria dos jogos para postular uma taxonomia de tipos de comportamento cooperativo. O objetivo foi compreender como a cooperação pode emergir e persistir, apesar das desvantagens e custos potenciais associados à ajuda ao próximo. A Teoria dos jogos, neste contexto, oferece uma estrutura teórica para entender por que os indivíduos se envolvem em comportamentos altruístas e cooperativos, mesmo quando existem claras vantagens estratégicas para agir de forma egoísta, e a Teoria da MAC define esses comportamentos como sendo moralmente relevantes. Portanto, embora ainda não haja evidências que relacionem as dimensões da MAC com o comportamento em jogos econômicos, se os fundamentos morais podem ser relacionados ao comportamento cooperativo nesses jogos, como já citado, então as dimensões da MAC também poderiam ter alguma relação com esse tipo de comportamento. Com isto, este estudo

pretendeu investigar a influência do endosso a diferentes dimensões do questionário MAC sobre o comportamento cooperativo, medido por meio de jogos econômicos.

Foram administrados dois jogos econômicos, o Jogo do Ditador e o Jogo dos Bens Públicos, cada um projetado para medir um aspecto distinto da cooperação. O Jogo do Ditador é frequentemente utilizado para medir o altruísmo (Rodrigues et al., 2015), pois envolve a tomada de decisões unilaterais sobre a alocação de recursos, sem a expectativa de reciprocidade. Nele, um jogador recebe uma quantia de dinheiro (ou fichas) e decide quanto deseja compartilhar com um segundo jogador, que não tem poder de influenciar ou retribuir a decisão. Embora este jogo não envolva uma troca bidirecional, fator que alguns argumentam ser essencial para a definição de cooperação, ele ainda é relevante para avaliar aspectos do comportamento prosocial. Por outro lado, no Jogo dos Bens Públicos, os participantes recebem uma quantidade inicial de dinheiro e devem decidir quanto investir em um fundo coletivo. O montante total acumulado é então multiplicado e distribuído igualmente entre os jogadores, independentemente de quanto cada um contribuiu. O dilema central do jogo é que, do ponto de vista individual, a melhor estratégia seria não contribuir (*free-riding*) e ainda assim colher os benefícios das contribuições alheias. No entanto, se todos adotarem essa estratégia, o fundo coletivo se esvazia. Segundo Suleiman e Rapoport (1992), os participantes neste jogo tendem a se dividir em três perfis principais: (1) os que priorizam a equidade, (2) os que maximizam a utilidade pessoal, e (3) os que apresentam padrões menos consistentes de tomada de decisão.

Portanto, acredita-se que a incorporação desses jogos econômicos no estudo da MAC contribuirá para o preenchimento da lacuna teórica identificada por Clarkson

(2022), permitindo observar a influência das dimensões da MAC sob condições variadas de cooperação e indo além de medidas de autorrelato, que embora forneçam informações valiosas sobre o raciocínio e o julgamento moral de um indivíduo, podem não captar totalmente as nuances das respostas comportamentais reais em situações cooperativas.

Ademais, este estudo também avaliou como as dimensões da MAC se relacionam com os cinco grandes fatores de personalidade, uma vez que diversos trabalhos têm demonstrado vínculos entre personalidade, comportamento prosocial e moralidade. Por exemplo, Courbalay et al. (2015) mostraram que indivíduos com maiores níveis de amabilidade e conscienciosidade apresentam respostas empáticas mais fortes diante da dor alheia, ao passo que Habashi et al. (2016) encontraram correlações positivas entre amabilidade, emoções prosociais e atos de generosidade. Com relação à moralidade, Alper e Yilmaz (2019) documentaram, em uma pesquisa transcultural, que a conscienciosidade se associa tanto aos fundamentos individualizantes quanto aos coesivos, enquanto a amabilidade se correlaciona com os fundamentos individualizantes. Com base nesses achados, pretende-se verificar se padrões semelhantes emergem ao relacionar as dimensões da MAC com os cinco grandes fatores.

Partindo da estrutura teórica da MAC, em que certas dimensões enfatizam normas de solidariedade e obrigações para com vínculos internos (por exemplo, Valores Familiares, Lealdade de Grupo, Deferência e Heroísmo), ao passo que outras se orientam para o tratamento justo e as trocas recíprocas mais amplas (Justiça, Reciprocidade Direta e Indireta), espera-se que esses dois polos prevejam de forma

distinta o comportamento em situações de cooperação em jogos econômicos. Assim, indivíduos com maior endosso às dimensões de coesão interna tenderão a apresentar menor inclinação a distribuir recursos, tanto no Jogo do Ditador quanto no Jogo dos Bens Públicos, enquanto aqueles que mais valorizam justiça e reciprocidade terão uma propensão a oferecer aportes mais elevados, refletindo um maior compromisso com a igualdade. Essas hipóteses estão de acordo com os resultados encontrados por Clark et al. (2017), que demonstraram que o endosso aos fundamentos individualizantes (semelhantes às dimensões da MAC de justiça e reciprocidade) prevê níveis superiores de cooperação em jogos econômicos. Até o momento, não há evidências de que as dimensões do questionário MAC exerçam esse mesmo papel preditivo.

Método

Participantes

Foi utilizado o software G*Power (versão 3.1.9.4) para estimar o tamanho amostral necessário, tendo em conta o número de variáveis, um poder de 0,95, com alfa de 0,05, e antecipando um tamanho de efeito pequeno ($f^2 = 0,02$). Foi obtido um tamanho mínimo necessário de 543 participantes.

A amostra inicial foi composta por 576 participantes brasileiros, dos quais 450 passaram nas checagens de atenção e foram incluídos na análise final. A idade média foi de 33,48 anos (DP = 9,44 anos), com participantes entre 18 e 71 anos. Com relação ao gênero, 52,2% se identificaram como mulheres e 47,8% como homens. Em termos de escolaridade, a maior parte da amostra possuía ensino superior completo (32,7%) ou ensino médio completo (23,6%). Além disso, 18,4% haviam concluído a pós-graduação, 17,1% possuíam ensino superior incompleto, 4,9% pós-graduação

incompleta, 2,2% não haviam concluído o ensino médio, 0,7% completaram apenas o ensino fundamental e 0,4% não concluíram o ensino fundamental.

No que diz respeito à orientação política, 30,7% dos participantes se posicionaram no centro do espectro ideológico, enquanto 22,2% se identificaram como de direita, 16,4% como inclinados à direita, 15,8% como inclinados à esquerda e 14,9% como de esquerda. Por fim, os participantes eram provenientes de diversas regiões do Brasil, com 47,8% residindo na região sudeste, 20,9% Nordeste, 18,4% no Sul, 9,3% no Centro-Oeste, e 3,6% na região Norte.

Instrumentos

Questionário de Moralidade como Cooperação. Foi utilizada a versão construída no Estudo 1. Os índices de confiabilidade de Cronbach variaram entre 0,42 e 0,92 para as escalas de Relevância e 0,56 e 0,82 para as escalas de Julgamento. Os omegas de McDonald variaram entre 0,56 e 0,92 para as escalas de Relevância e entre 0,61 e 0,83 para as escalas de Julgamento.

Foram conduzidas análises fatoriais confirmatórias separadamente para a escala de Relevância e a escala de Julgamento, com base na estrutura identificada nos estudos anteriores. Durante o processo, verificou-se que, na escala de Relevância, as dimensões de Justiça e Direitos de Propriedade apresentaram uma correlação muito alta entre si ($r = 0,68$), discrepante com as correlações entre as outras escalas. Essa alta correlação sugere uma sobreposição conceitual substancial. Além disso, foi observado que o item 35, que avaliava o respeito aos limites físico de outra pessoa, apresentou correlações muito baixas com os demais itens da sua dimensão, indicando que o item poderia estar capturando um aspecto diferente que os demais. Diante disso, optou-se

por unificar as dimensões de Justiça e Direitos de Propriedade em uma única dimensão, denominada Equidade e Propriedade, e excluir o item 35. Com essa modificação, a nova dimensão ficou composta por 6 itens (do 29 ao 34) e apresentou um índice de confiabilidade de 0,91.

Com isso, para a escala de Relevância, composta por 34 itens distribuídos em 8 fatores, os índices de ajuste foram RMSEA = 0,067 [IC 90%: 0.067, 0.071], CFI = 0.888 e SRMR = 0.099. Esses valores indicam um ajuste marginal, com o RMSEA ligeiramente acima do ideal ($< 0,05$), o CFI abaixo do limiar recomendado ($> 0,90$) e o SRMR acima do desejável (< 0.08), sugerindo que ainda há espaço para refinamento na escala. Além disso, os índices foram inferiores que os do estudo anterior. Já para a escala de Julgamento, composta por 27 itens distribuídos em 7 fatores, os índices foram RMSEA = 0.063 [IC 90%: 0.057, 0.067], CFI = 0.844 e SRMR = 0.063. Enquanto o RMSEA e o SRMR estão dentro de uma faixa aceitável, o CFI permaneceu abaixo do ponto de corte ideal. No geral, os resultados indicam que, embora o modelo apresente um ajuste moderado, os resultados podem ter sido influenciados por diferenças amostrais ou por variações na interpretação dos itens, mais uma vez indicando a necessidade de refinamento da escala.

Inventário dos Cinco Grande Fatores de Personalidade (IGFP-5R). O IGFP-5R foi utilizado para descontar a interferência de possíveis efeitos de personalidade sobre o comportamento cooperativo nos jogos econômicos. A versão empregada foi a de 32 itens, adaptado ao contexto brasileiro por Josemberg (2008), com 5 dimensões — uma para cada fator de personalidade. Os participantes responderam aos itens em uma escala Likert de 5 pontos, sendo 1 = Discordo e 5 = Concordo Totalmente. Na presente

amostra, os índices de confiabilidade encontrados foram de 0,82 para Extroversão; 0,81 para Abertura; 0,60 para Conscienciosidade; 0,76 para Amabilidade; e 0,77 para Neuroticismo.

Jogo dos Bens Públicos. O Jogo dos Bens Públicos trata-se de um jogo econômico que avalia a propensão dos participantes a contribuir para um recurso comum, em que o benefício coletivo depende das doações individuais, já que devem decidir o quanto doar para uma conta pública que será multiplicada e dividida. Os participantes jogaram uma versão de rodada única do jogo, ou seja de apenas uma iteração. Foi informado que eles estariam jogando com mais três jogadores, e que cada um teria que tomar a mesma decisão de forma independente. Também foi explicado que quanto mais fichas os participantes tivessem, maiores as chances de ganharem um sorteio para um vale-compras que seria realizado. No entanto, na realidade, o jogo era individual e os outros jogadores não existiam. Cada participante recebeu 100 fichas e foi instruído a decidir quantas fichas gostariam de transferir para uma conta pública. Os participantes foram informados de que todas as contribuições feitas para essa conta seriam somadas, depois multiplicadas por 2, e por fim, divididas igualmente entre os quatro jogadores. O ganho final de cada jogador era determinado pelo que restava de suas 100 fichas iniciais, somado ao valor resultante da divisão da conta pública. O comportamento cooperativo foi avaliado com base na quantidade de fichas que o participante optou por transferir para a conta pública.

Jogo do Ditador. O Jogo do Ditador é um jogo econômico simples geralmente usado para medir o nível de altruísmo de uma pessoa, já que apenas um lado escolhe quanto contribuir com o próximo. No início, os participantes são informados de que

tomarão várias decisões independentes em diferentes rodadas, e são levados a acreditar que estão jogando contra outra pessoa e que receberão aleatoriamente o papel de alocador ou recipiente. Na realidade, todos os participantes são alocadores e o recipiente não existe. Cada rodada envolve uma decisão de alocar fichas entre ele (o alocador) e o outro jogador (o recipiente). Para cada rodada, os participantes têm a opção de maximizar suas próprias fichas (melhor para eles) ou distribuir as fichas de forma justa para ambos os jogadores (opção mais justa). As fichas acumuladas nesse jogo também aumentariam a chance de ganho no sorteio do vale-compras. O jogo teve seis rodadas (iterações). O comportamento cooperativo no Jogo do Ditador foi medido pela frequência com que os participantes escolhem a opção mais justa, somando as seis iterações.

Além disso, foi perguntado aos participantes questões relacionadas a idade, gênero, escolaridade, orientação política, e região do Brasil em que residiam.

Procedimentos

Os participantes deste estudo foram recrutados de forma online através da plataforma *BeSample* e concordaram com o termo de consentimento livre e esclarecido. Após concordar em participar e assinar o termo, os participantes jogaram a série de jogos econômicos. Para controlar os efeitos de ordem, cada jogo econômico foi apresentado em uma ordem contrabalanceada aleatória, o que significa que cada participante jogou em uma sequência diferente. Após finalizar os jogos, os indivíduos completaram o questionário de Moralidade como Cooperação e ao IGFP-5R. Ao final do questionário, os participantes preencheram às perguntas sociodemográficas, e foram informados que, se desejarem, poderiam participar do sorteio de um

vale-presente ao deixar seu e-mail para contato, como forma de compensação pela participação na pesquisa.

Análise de Dados

Para a análise de dados, foi utilizado o software Jamovi, versão 2.3.28, e o software SPSS, versão 26. Foram realizadas análises fatoriais confirmatórias para confirmar a melhor estrutura fatorial das escalas do MAC. Depois disso, foram conduzidas correlações bivariadas de Pearson para investigar possíveis relações significativas entre as os fatores de personalidade, as escalas do MAC e as medidas de cooperação. Por fim, foram conduzidas duas regressões lineares hierárquicas, tendo o resultado em cada um dos jogos econômicos como variável dependente.

Resultados

Para examinar o poder preditivo das dimensões da MAC sobre o comportamento cooperativo, foram realizadas duas regressões hierárquicas usando os resultados no Jogo dos Bens Públicos e no Jogo do Ditador como variáveis critério. Como parte do processo, foram realizadas correlações bivariadas entre todas as escalas utilizadas. Os resultados podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7

Matriz de correlações para as variáveis do Estudo 3.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
1.JBP																					
2.JD	0,08																				
3.Extro	-0,10**	0,15**																			
4.Aber	0,00	0,07	0,24*																		
5.Cons	0,05	0,07	0,31*	0,10**																	
6.Ama	0,03	0,00	0,37*	0,26*	0,19*																
7.Neu	-0,06	-0,08	-0,23*	-0,10*	-0,40*	-0,16*															
8. R-VF	-0,05	0,08	0,10**	0,11**	0,11**	0,20*	-0,09														
9. R-LG	0,02	0,07	0,19*	0,12**	0,10**	0,23*	-0,06	0,59*													
10.R-Rec	0,02	0,04	0,16*	0,08	0,13*	0,25*	-0,08	0,45*	0,59*												
11.R-Ind	-0,07	0,02	0,13*	0,13*	0,06	0,18*	-0,05	0,52*	0,56*	0,50*											
12.R-Pun	0,01	0,08	0,04	0,03	0,00	0,00	-0,02	0,26*	0,23*	0,20*	0,20										
13.R-Her	-0,01	0,10**	0,19*	0,07	0,04	0,23*	-0,06	0,47*	0,49*	0,52*	0,48*	0,32*									
14.R-Def	-0,07	0,06	0,10**	-0,01	0,13*	0,10*	-0,08	0,32*	0,26*	0,27*	0,21*	0,48*	0,38*								
15.R-EP	0,08	-0,04	-0,07	-0,06	-0,12*	-0,06	0,03	-0,05	-0,04	-0,01	-0,14*	0,52*	-0,01	0,39*							
16.J-VF	-0,09	0,06	0,17*	0,08	0,17*	0,21*	-0,20*	0,44*	0,22*	0,21*	0,29*	0,05	0,23*	0,16*	-0,15*						
17.J-LG	0,01	0,11**	0,23*	0,10**	0,15*	0,23*	-0,12**	0,26*	0,39*	0,29*	0,26*	0,14*	0,26*	0,17*	0,02	0,41*					
18.J-DIn	-0,01	0,06	0,11**	0,13*	0,15*	0,20*	-0,13*	0,28*	0,27*	0,21*	0,34*	0,14*	0,30*	0,18*	-0,08	0,45*	0,50*				
19.J-Pun	-0,10**	0,01	-0,04	0,00	-0,03	-0,06	0,05	0,10**	0,00	0,05	0,12**	0,08	0,05	0,09	-0,02	0,21*	0,11*	0,15*			
20.J-Her	0,00	0,07	0,16*	0,06	0,08	0,24*	-0,18*	0,25*	0,18*	0,19*	0,23*	0,04	0,36*	0,19*	-0,16*	0,39*	0,31*	0,40*	0,19*		
21.J-Just	0,03	-0,01	0,01	0,12	0,00	0,14*	-0,02	0,05	0,19*	0,16*	0,11*	0,02	0,14*	0,06	-0,03	0,11*	0,23*	0,23*	-0,15*	0,12**	
22.J-DP	0,05	0,04	0,19*	-0,13*	,18*	,23*	-,10**	,10**	,11**	,12*	0,09	0,02	0,14*	0,15*	-0,03	0,16*	0,08	0,16*	-0,05	0,16*	0,03

Nota. JBP: Jogo dos Bens Públicos; JD: Jogo do Ditador; Extro: Extroversão; Aber: Abertura; Cons: Conscienciosidade; Ama: Amabilidade; Neu: Neuroticismo; R: Escalas de Relevância; J: Escalas de Julgamento; VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de grupo; Rec: Reciprocidade; Ind: Reciprocidade Indireta; Pun: Punição; Her: Heroísmo; Def: Deferência; EP: Equidade e Propriedade; DIn: Reciprocidade Direta e Indireta; Just: Justiça; DP: Direito de propriedade. * p < .001, ** p < .05

Na primeira regressão, tendo o aporte no Jogo dos Bens Públicos como variável critério, os cinco grandes fatores de personalidade foram inseridos no primeiro passo e as escalas da MAC, tanto de Relevância como de Julgamento no segundo passo. Como pode ser visto na Tabela 8, com a adição dos cinco grandes fatores, apenas o fator Extroversão aparece como preditor significativo de cooperação, indicando que quanto maiores os níveis de Extroversão, menor a cooperação no Jogo dos Bens Públicos. No segundo passo, apenas as escalas de Deferência e de Equidade e Propriedade apareceram como preditores significativos, a primeira com uma relação positiva e a segunda com uma relação negativa com cooperação. Entretanto, o modelo final explicou apenas 7,2% da variância na cooperação neste jogo.

Tabela 8

Regressão hierárquica em dois passos tendo o Jogo dos Bens Públicos como variável critério.

Variável	B	SE B	β	R ²	R ² Ajust.	ΔR^2
Passo 1						
Extro.	-8,98*	2,99	-0,160*	0,024	0,013	
Abertura	0,57	3,23	0,01			
Consc.	4,42	3,62	0,07			
Amab.	3,00	3,06	0,07			
Neuro.	-3,05	2,87	-0,06			
Passo 2						
Extro.	-9,52*	3,08	-0,17*	0,072	0,029	0,01
Abertura	1,84	3,34	0,03			
Consc.	6,08	3,74	0,09			
Amab.	2,60	3,25	0,04			

Neuro.	-2,94	2,90	-0,05
R-VF	-1,86	4,24	-0,03
R-LG	3,95	3,92	0,07
R-Rec	2,83	3,68	0,05
R-Ind	-4,08	3,24	-0,08
R-Pun	0,33	3,44	0,01
R-Her	1,92	3,75	0,03
R-Def	-8,28**	3,31	-0,15**
R-EP	4,54**	2,23	0,13**
J-VF	-4,40	3,17	-0,09
J-LG	1,48	3,86	0,02
J-DIn	0,91	4,45	0,01
J-Pun	-4,75	3,44	-0,07
J-Her	3,43	3,10	0,06
J-Just	-0,22	3,26	0,00
J-DP	4,11	3,16	0,07

Nota. Extro: Extroversão; Consc: Conscienciosidade; Amab: Amabilidade; Neuro: Neuroticismo; R: Escalas de Relevância; J: Escalas de Julgamento; VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de grupo; Rec: Reciprocidade; Ind: Reciprocidade Indireta; Pun: Punição; Her: Heroísmo; Def: Deferência; EP: Equidade e Propriedade; DIn: Reciprocidade Direta e Indireta; Just: Justiça; DP: Direito de propriedade. * $p < .001$, ** $p < .05$

A segunda regressão teve o Jogo do Ditador como variável dependente e mais uma vez os cinco grandes fatores de personalidade no primeiro passo e as escalas da MAC no segundo passo. Os resultados da análise podem ser vistos na Tabela 9. Novamente, na adição dos cinco grandes, apenas o fator Extroversão apareceu como significativo, e esse resultado continuou no passo 2. Contrário ao esperado, nenhuma das escalas de MAC apareceu como preditora significativa de cooperação no Jogo do Ditador. Além disso, diferentemente da regressão anterior, Extroversão aparece como preditor positivo, indicando que quanto maiores os níveis de extroversão de um

indivíduo, maior a cooperação no Jogo do Ditador. O modelo final explicou 5,6% da variância na cooperação neste jogo.

Tabela 9

Regressão hierárquica em dois passos tendo o Jogo do Ditador como variável critério.

Variável	B	SE B	β	R ²	R ² Ajust.	ΔR^2
Passo 1						
Extro.	-0,28**	0,10	0,15**	0,029	0,018	
Abertura	0,11	0,11	0,05			
Consc.	0,02	0,12	0,01			
Amab.	-0,14	0,10	-0,07			
Neuro.	-0,08	0,10	-0,05			
Passo 2						
Extro.	0,23**	0,10	0,12	0,056	0,012	0,012
Abertura	0,12	0,11	0,06			
Consc.	-0,02	0,13	-0,01			
Amab.	-0,18	0,11	-0,09			
Neuro.	-0,08	0,10	-0,05			
R-VF	0,11	0,14	0,05			
R-LG	0,00	0,13	0,00			
R-Rec	-0,04	0,12	-0,02			
R-Ind	-0,15	0,11	-0,09			
R-Pun	0,18	0,12	-0,10			
R-Her	0,10	0,13	0,05			
R-Def	0,05	0,11	0,03			
R-EP	-0,13	0,08	-0,11			
J-VF	-0,05	0,11	-0,03			
J-LG	0,21	0,13	0,10			
J-DIn	-0,02	0,15	-0,01			

J-Pun	-0,01	0,12	0,00
J-Her	0,03	0,10	0,01
J-Just	-0,05	0,11	-0,03
J-DP	0,05	0,11	0,03

Nota. Extro: Extroversão; Consc: Conscienciosidade; Amab: Amabilidade; Neuro: Neuroticismo; R: Escalas de Relevância; J: Escalas de Julgamento; VF: Valores Familiares; LG: Lealdade de grupo; Rec: Reciprocidade; Ind: Reciprocidade Indireta; Pun: Punição; Her: Heroísmo; Def: Deferência; EP: Equidade e Propriedade; DIn: Reciprocidade Direta e Indireta; Just: Justiça; DP: Direito de propriedade. * $p < .001$, ** $p < .05$

Discussão

O presente estudo teve como objetivo investigar a capacidade preditiva das dimensões da Moralidade como Cooperação no comportamento cooperativo em jogos econômicos. Os resultados indicam que apenas algumas dimensões da MAC predizem o comportamento cooperativo, e ainda assim, essa influência foi observada em apenas um dos jogos econômicos, e com uma porcentagem baixa.

Foi hipotetizado que as dimensões da MAC que derivam de temas relacionados à coesão interna e que se relacionam positivamente com os fundamentos coesivos no Estudo 1 estariam negativamente relacionadas com o comportamento cooperativo nos jogos econômicos e os resultados apoiam parcialmente essa hipótese. A dimensão Deferência, da escala de Relevância é uma das variáveis com forte correlação positiva com os fundamentos coesivos no Estudo 1, foi um preditor negativo significativo da cooperação no Jogo dos Bens Públicos. Isto indica que indivíduos que atribuem maior relevância a ceder e obedecer às autoridades podem ser menos propensos a contribuir para um bem coletivo em contextos anônimos. Em uma linha semelhante, Henrich et al. (2015) postulam que quando as pessoas seguem indivíduos de alto status por deferência, as condições favoráveis à cooperação diminuem drasticamente.

Além disso, também foi esperado que as dimensões da MAC mais alinhadas aos fundamentos individualizantes, como Justiça e Reciprocidade estariam positivamente associadas a uma maior cooperação nos jogos econômicos, e mais uma vez, essa hipótese foi parcialmente corroborada. As dimensões de Justiça e Direitos de Propriedade (unidas nesse estudo e chamadas de Equidade e Propriedade) apresentaram uma forte correlação com os fundamentos individualizantes no Estudo 1, e neste estudo apareceram como preditoras significativas da cooperação no Jogo dos Bens Públicos, indicando que indivíduos que valorizam mais o bem-estar social, justiça e igualdade tendem a cooperar mais. Isso está de acordo com os achados de Clark et al. (2017), Nilsson et al. (2016) e Süssenbach et al. (2019) que observaram uma maior tendência de pessoas que valorizam os fundamentos individualizantes a cooperar mais, enquanto pessoas que valorizam fundamentos coesivos tendem a cooperar apenas com pessoas do seu mesmo grupo.

Ademais, a Extroversão emergiu como um preditor significativo para ambos os jogos. Entretanto, esse fator apresentou uma relação negativa com a cooperação no Jogo dos Bens Públicos e uma relação positiva com o Jogo do Ditador. Esses achados sugerem que indivíduos mais extrovertidos tendem a cooperar menos quando a decisão envolve uma contribuição anônima para um fundo comum, mas demonstram maior disposição para doar recursos quando há papéis definidos e uma relação direta entre os jogadores. Uma possível explicação para esse padrão de resultados poderiam ser as diferenças estruturais entre os dois jogos. O Jogo dos Bens Públicos envolve a alocação de fichas para um fundo compartilhado sem uma interação explícita entre os participantes, o que minimiza a oportunidade de reconhecimento social. Em contrapartida, no Jogo do Ditador, a dinâmica estabelece um papel explícito para o

tomador de decisão, tornando sua ação mais visível e pessoal. Indivíduos extrovertidos, por serem motivados por interações sociais e reconhecimento, podem estar mais inclinados a comportamentos prosociais em contextos nos quais possam obter aprovação explícita de outros, enquanto tendem a se engajar menos em ações cooperativas quando o benefício social imediato não está presente. Embora a extroversão seja frequentemente associada a tendências interpessoais positivas, o impacto desse traço na cooperação não é linear e pode variar dependendo do contexto e da estrutura do jogo. Zhao e Smillie (2015) argumentam que o efeito da extroversão na cooperação pode depender dos componentes motivacionais subjacentes (afiliativo ou agente), e que a influência dos traços de personalidade nos jogos econômicos varia de acordo com o tipo de jogo e as dinâmicas envolvidas. Esses resultados ressaltam a importância de considerar o contexto da decisão econômica ao avaliar a relação entre personalidade e comportamento cooperativo.

Com isso, os resultados deste estudo indicam que as dimensões da MAC de Deferência e Justiça e Propriedade estiveram significativamente relacionadas ao comportamento cooperativo apenas no Jogo dos Bens Públicos, enquanto no Jogo do Ditador essas relações não foram observadas. Essa discrepância pode estar relacionada às características estruturais dos jogos. O Jogo do Ditador, frequentemente utilizado para medir altruísmo, não envolve um dilema de interesse coletivo, mas sim uma decisão unilateral sobre a alocação de recursos, o que pode explicar a ausência de relações significativas com a MAC e a presença da relação com traços individuais. Esse padrão é semelhante ao observado por Reis e Pilati (2020) e Reis et al. (2025), que também não encontraram relações significativas entre os fundamentos morais e o comportamento no Jogo do Ditador. Portanto, apesar da MAC propor que valores

morais evoluíram para promover a cooperação ao resolver conflitos entre interesses individuais e coletivos, os efeitos práticos na cooperação parecem depender da forma como ela é operacionalizada e do contexto em que a cooperação é observada.

Discussão Geral

Ao longo desta tese, avançamos em três frentes: (1) a reanálise e expansão conceitual do modelo Moralidade como Cooperação (MAC), com a proposição de novas facetas e dimensões que capturam distintos modos de resolver dilemas cooperativos; (2) a operacionalização dessas contribuições teóricas na forma de um instrumento (também adaptado ao contexto brasileiro); e (3) uma das primeiras aplicações empíricas do modelo MAC em tarefas de tomada de decisão econômica. Essa combinação de refinamento conceitual e validação comportamental representa um esforço inédito para articular um modelo de moralidade que parte do autorrelato para prever o comportamento de cooperação em contextos simulados de conflito e benefício mútuo.

Partindo da estrutura original do MAC, que já fornecia um mapeamento das principais motivações cooperativas, revisitamos seus fundamentos para identificar dimensões ausentes no modelo inicial. A introdução da Reciprocidade Indireta e da Punição – resultante da fusão conceitual de reciprocidade negativa e *standing* – amplia a teoria ao reconhecer estratégias que visam restaurar e proteger a cooperação num contexto social mais amplo. Esses novos indicadores enriquecem a teoria ao capturar comportamentos de retaliação e reputação, os quais não se reduziriam às categorias originais de solidariedade ou justiça.

No entanto, o questionário apresentou limitações. A estrutura fatorial não se repetiu de maneira idêntica em todos os estudos sugerindo que a organização das dimensões pode ser sensível ao contexto amostral. Além disso, os coeficientes de confiabilidade para algumas escalas foram abaixo do ideal. Apesar disso, a aplicação da MAC com a teoria dos jogos é pioneira ao avaliar o papel de cada dimensão em decisões cooperativas. A capacidade preditiva diferenciada no Jogo dos Bens Públicos, em que Deferência e Equidade e Propriedade emergiram como preditores, dá evidências da relevância desses indicadores para dilemas de benefício mútuo. Entretanto, a ausência de efeito no Jogo do Ditador, que é um contexto de altruísmo unilateral no qual não há expectativa de retribuição nem de sanção para free-riders, evidencia que essas decisões unilaterais de generosidade podem ser guiadas por outras motivações e traços, como a Extroversão, cuja influência divergente em cada jogo sugere que contextos de cooperação total versus parcial demandam mediadores distintos. Pode ser que no Jogo do Ditador, a escolha de doar não seja guiada por cálculos de trocas, mas sim por disposições pessoais não exploradas neste estudo além da Extroversão, como a orientação para o valor social (Cornelissen et al., 2011) e a sensibilidade à justiça (Edele et al., 2013).

Ademais, as correlações observadas entre as dimensões da MAC e os valores de Schwartz e traços de personalidade remetem a um debate conceitual mais amplo já levantado em torno da Teoria dos Fundamentos Morais (TFM). Alguns autores têm apontado que, ao invés de isolar domínios especificamente morais, a TFM acaba mesclando normas morais com preferências valorativas já consagradas na Psicologia Social. Por exemplo, Zapko-Willmes et al. (2021) encontraram que os fatores

individualizantes e coesivos da TFM exibem forte correspondência, respectivamente, aos eixos Autotranscendência e Conservação propostos por Schwartz (2006), o que poderia sugerir uma sobreposição conceitual mais do que inovação teórica. Algumas críticas também questionam se dimensões como Pureza ou Lealdade descrevem avaliações que são realmente morais ou se refletem, antes, motivações grupais de identidade, tradição e conformidade, cuja relevância moral é contingente ao contexto sociocultural (Schein & Gray, 2018). Além disso, Schein e Gray (2018) argumentam que os fundamentos morais não explicam os julgamentos morais, mas que são categorias taxonômicas que meramente nomeiam diferentes variedades de valores. Para estes autores, o dano percebido é central e diádico, em que um agente intencional inflige prejuízo a um paciente vulnerável, o que chama de a Teoria da Moralidade Diádica.

Embora a presente tese não vise reavaliar a TFM, nossos achados reforçam a necessidade de modelos que discriminem, de forma mais nítida, conteúdos morais de valores e disposições de personalidade. A convergência entre MAC e valores ilustra como estratégias cooperativas podem (e devem) ser confrontadas com outros constructos nomologicamente consolidados, a fim de delimitar o espaço explicativo que cabe, de fato, à moralidade. Avançar nessa distinção conceitual fortalecerá qualquer teoria moral (seja baseada em fundamentos, valores ou mecanismos de cooperação) ao esclarecer o que é genuinamente moral e o que pertence a categorias motivacionais.

Para resolver as limitações identificadas, estudos futuros que visem avançar no desenvolvimento de um modelo em que a cooperação seja elemento central da moralidade devem se centrar nas seguintes ações: (1) Refinamento da medida e

diversificação amostral: aprimorar o questionário MAC por meio de revisão e reformulação de itens, inclusão de novas dimensões potencialmente omitidas, e testes repetidos em diferentes amostras (incluindo em diferentes países e grupos sociais) para avaliar a robustez da estrutura frente às variações contextuais e culturais; (2) Produção de evidências de validade convergente e divergente via redes nomológicas: investir na construção de redes nomológicas que comparem o MAC a outros construtos bem estabelecidos em Psicologia Social (por exemplo, orientação de valor social, sensibilidade à justiça, autoritarismo de direita e de esquerda, orientação à dominância social e crença no mundo justo); e (3) Expansão dos testes empíricos em jogos e dilemas econômicos diversificados: ampliar a aplicação do MAC em uma gama maior de paradigmas comportamentais, explorando como distintas configurações de jogos (por exemplo, Jogo do Ultimato e Dilema do Prisioneiro) afetam a capacidade preditiva de cada dimensão. Também seria importante aumentar o realismo em operacionalizações futuras, visto que um jogo econômico realizado de modo *online* pode não captar as nuances do comportamento que captaria ao ser realizado em laboratório. Dessa forma, será possível entender melhor quais dimensões dependem do contexto comportamental criado em cada jogo econômico, e como diferentes incentivos e expectativas de retribuição ou punição modulam esses efeitos.

Com isto, além de avançar o estado da arte na operacionalização e aplicação da moralidade como cooperação, este trabalho explicita que o campo ainda carece de um modelo teórico capaz de abarcar a complexidade real das motivações morais, independentemente de variações contextuais e culturais. É preciso construir uma teoria com alicerces conceituais sólidos e não apenas uma lista de dimensões sem fundamento empírico robusto, que se diferencie de abordagens já consolidadas,

forneendo previsões claras e falsificáveis. A própria trajetória da TFM expõe a insuficiência desses modelos, pois, em última análise, eles não conseguem ajustar as previsões teóricas aos dados empíricos. Da mesma forma, o aprimoramento contínuo da MAC, conforme sugerido nesta tese, aponta o caminho para articular variáveis relevantes, testar a generalização intercultural e verificar a coerência preditiva em diferentes formas de cooperação. Somente assim poderemos afirmar que um modelo de moralidade ancorado na cooperação é capaz de universalizar *insights* sobre porque e como os seres humanos escolhem cooperar em face de incentivos egoístas, integrando teoria e prática numa abordagem multifacetada de moralidade

Referências

- Aguiar, F., Brañas-Garza, P., & Miller, L. M. (2008). Moral distance in dictator games. *Judgment and Decision Making*, 3(4), 344-354.
<https://doi.org/10.1017/S1930297500000917>
- Alper, S., & Yilmaz, O. (2019). How is the Big Five related to moral and political convictions: The moderating role of the WEIRDness of the culture. *Personality and Individual Differences*, 145, 32-38. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.03.018>
- Alvard, M. (2009). Kinship and cooperation. *Human Nature*, 20(4), 394-416.
<https://doi.org/10.1007/s12110-009-9074-4>
- Aquino, K., & Reed II, A. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of personality and social psychology*, 83(6), 1423.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.83.6.1423>
- Atari, M., Haidt, J., Graham, J., Koleva, S., Stevens, S. T., & Dehghani, M. (2023). Morality beyond the WEIRD: How the nomological network of morality varies across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 125(5), 1156-1188.
<https://doi.org/10.1037/pspp0000470>
- Baldner, C., & Pierro, A. (2019). Motivated prejudice: The effect of need for closure on anti-immigrant attitudes in the United States and Italy and the mediating role of binding moral foundations. *International Journal of Intercultural Relations*, 70, 53-66. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2019.03.001>

- Balliet, D., Wu, J., & De Dreu, C. K. (2014). Ingroup favoritism in cooperation: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 140(6), 1556-1581. <http://dx.doi.org/10.1037/a0037737>
- Baumard, N., André, J. B., & Sperber, D. (2013). A mutualistic approach to morality: The evolution of fairness by partner choice. *Behavioral and Brain Sciences*, 36(1), 59-78. <https://doi.org/10.1017/S0140525X11002202>
- Baumeister, R. F., & Vohs, K. D. (2004). Sexual economics: Sex as female resource for social exchange in heterosexual interactions. *Personality and Social Psychology Review*, 8(4), 339-363. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0804_2
- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine*, 25(24), 3186-3191. <https://doi.org/10.1097/00007632-200012150-00014>
- Berg, J., Dickhaut, J., McCabe, K., 1995. Trust, reciprocity, and social history. *Games and Economic Behavior*, 10, 122–142.
- Bhui, R., Chudek, M., & Henrich, J. (2019). How exploitation launched human cooperation. *Behavioral Ecology and Sociobiology*, 73(6), 1-14. <https://doi.org/10.1007/s00265-019-2667-y>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22, 423-432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>

- Brodbeck, F. C., Kugler, K. G., Reif, J. A., & Maier, M. A. (2013). Morals matter in economic games. *PloS one*, 8(12), e81558. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0081558>
- Clark, C. B., Swails, J. A., Pontinen, H. M., Bowerman, S. E., Kriz, K. A., & Hendricks, P. S. (2017). A behavioral economic assessment of individualizing versus binding moral foundations. *Personality and Individual Differences*, 112, 49-54. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2017.02.052>
- Clarkson, E. (2022). Moral behavior in games: A review and call for additional research. *New ideas in psychology*, 64, 100912. <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2021.100912>
- Clutton-Brock, T. (2002). Breeding together: Kin selection and mutualism in cooperative vertebrates. *Science*, 296(5565), 69–72. <https://doi.org/10.1126/science.296.5565.69>
- Cornelissen, G., Dewitte, S., & Warlop, L. (2011). Are Social Value Orientations Expressed Automatically? Decision Making in the Dictator Game. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 37(8), 1080-1090. <https://doi.org/10.1177/0146167211405996>
- Courbalay, A., Deroche, T., Prigent, E., Chalabaev, A., & Amorim, M. A. (2015). Big five personality traits contribute to prosocial responses to others' pain. *Personality and Individual Differences*, 78, 94-99. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.01.038>

- Curry, O. S. (2016). Morality as cooperation: A problem-centred approach. In T. K. Schackelford & R.D. Hansen (Eds.). *The evolution of morality* (pp. 27-51). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1086/701478>
- Curry, O. S., Chesters, M. J., & Van Lissa, C. J. (2019a). Mapping morality with a compass: Testing the theory of 'morality-as-cooperation' with a new questionnaire. *Journal of Research in Personality*, 78, 106-124. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2018.10.008>
- Curry, O., Whitehouse, H., & Mullins, D. (2019b). Is it good to cooperate? Testing the theory of morality-as-cooperation in 60 societies. *Current Anthropology*, 60(1). <https://doi.org/10.1086/701478>
- Davidov, E., & Meuleman, B. (2012). Explaining Attitudes Towards Immigration Policies in European Countries: The Role of Human Values. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38(5), 757–775. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2012.667985>
- Decety, J. (2011). Dissecting the neural mechanisms mediating empathy. *Emotion review*, 3(1), 92-108. <https://doi.org/10.1177/1754073910374662>
- Decety, J., & Cowell, J. M. (2014). Friends or foes: Is empathy necessary for moral behavior?. *Perspectives on psychological science*, 9(5), 525-537. <https://doi.org/10.1177/1745691614545130>
- Doebeli, M., & Hauert, C. (2005). Models of cooperation based on the Prisoner's Dilemma and the Snowdrift game. *Ecology letters*, 8(7), 748-766. <https://doi.org/10.1111/j.1461-0248.2005.00773.x>

- Edele, A., Dziobek, I., & Keller, M. (2013). Explaining altruistic sharing in the dictator game: The role of affective empathy, cognitive empathy, and justice sensitivity. *Learning and individual differences*, 24, 96-102. <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2012.12.020>
- Eisenberg, N., Miller, P. A., Shell, R., Mcnalley, S., & Shea, C. (1991). Prosocial development in adolescence: A longitudinal study. *Developmental psychology*, 27(5), 849-857. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0012-1649.27.5.849>
- Eisenberger, R., Lynch, P., Aselage, J., & Rohdieck, S. (2004). Who takes the most revenge? Individual differences in negative reciprocity norm endorsement. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(6), 787-799. <https://doi.org/10.1177/0146167204264047>
- Federico, C. M., Ekstrom, P., Tagar, M. R., & Williams, A. L. (2016). Epistemic motivation and the structure of moral intuition: Dispositional need for closure as a predictor of individualizing and binding morality. *European Journal of Personality*, 30(3), 227-239. <https://doi.org/10.1002/per.2055>
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of personality and social psychology*, 101(2), 366. <https://doi.org/10.1037/a0021847>
- Gray, K., & Keeney, J. E. (2015). Impure or just weird? Scenario sampling bias raises questions about the foundation of morality. *Social Psychological and Personality Science*, 6(8), 859-868. <https://doi.org/10.1177/1948550615592241>

- Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M., & Cohen, J. D. (2001). An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgment. *Science*, 293(5537), 2105-2108. <https://doi.org/10.1126/science.1062872>
- Griffin, A. S., & West, S. A. (2002). Kin selection: Fact and fiction. *Trends in Ecology and Evolution*, 17(1), 15–21. [https://doi.org/10.1016/S0169-5347\(01\)02355-2](https://doi.org/10.1016/S0169-5347(01)02355-2)
- Gummerum, M., Hanoch, Y., Keller, M., Parsons, K., & Hummel, A. (2010). Preschoolers' allocations in the dictator game: The role of moral emotions. *Journal of Economic Psychology*, 31(1), 25-34. <http://dx.doi.org/10.1016/j.joep.2009.09.002>
- Habashi, M. M., Graziano, W. G., & Hoover, A. E. (2016). Searching for the Prosocial Personality: A Big Five Approach to Linking Personality and Prosocial Behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 42(9), 1177-1192. <https://doi.org/10.1177/0146167216652859>
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological review*, 108(4), 814. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.108.4.814>
- Haidt, J., & Bjorklund, F. (2008a). Social intuitionists answer six questions about moral psychology. In W. Sinnott-Armstrong (Ed.), *Moral psychology, Vol. 2: The cognitive science of morality: Intuition and diversity* (pp. 181– 218). Cambridge, MA: MIT Press.

- Haidt, J., & Joseph, C. (2004). Intuitive ethics: How innately prepared intuitions generate culturally variable virtues. *Daedalus*, 133(4), 55-66.
<https://doi.org/10.1162/0011526042365555>
- Hair Jr., J.F., Anderson, R.E., Tatham, R.L. & Black, W.C. (2018). *Multivariate Data Analysis*. 8th ed. Boston, Cengage Learning.
- Hamilton, W.D. (1964). The genetical evolution of social behaviour: I. *Journal of Theoretical Biology*, 7, 1–16.
- Hammerstein, P., & Selten, R. (1994). Game theory and evolutionary biology. *Handbook of game theory with economic applications*, 2, 929–993.
[https://doi.org/10.1016/S1574-0005\(05\)80060-8](https://doi.org/10.1016/S1574-0005(05)80060-8)
- Harper, C. A., & Rhodes, D. (2021). Reanalysing the factor structure of the moral foundations questionnaire. *British Journal of Social Psychology*, 60, 1303-1329.
<https://doi.org/10.1111/bjso.12452>
- Hart, K. (2010). The economy and morality of elopement in rural Western Turkey. *Ethnologia europaea*, 40(1). <https://doi.org/10.16995/ee.1064>
- Hatemi, P. K., Crabtree, C., & Smith, K. B. (2019). Ideology justifies morality: Political beliefs predict moral foundations. *American Journal of Political Science*, 63(4), 788-806. <https://doi.org/10.1111/ajps.12448>
- Henrich, J., Chudek, M., & Boyd, R. (2015). The Big Man Mechanism: how prestige fosters cooperation and creates prosocial leaders. *Philosophical Transactions of the Royal*

Society B: Biological Sciences, 370(1683), 20150013.

<https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0013>

Henrich, J., & Muthukrishna, M. (2021). The origins and psychology of human cooperation. *Annual Review of Psychology*, 72, 207-240.

<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-081920-042106>

Henrich, J., Boyd, R., & Richerson, P. J. (2012). The puzzle of monogamous marriage.

Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, 367(1589),

657-669. doi: 10.1098/rstb.2011.0290

Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). Most people are not WEIRD. *Nature*,

466(7302), 29-29. <https://doi.org/10.1038/466029a>

Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world?

Behavioral and brain sciences, 33(2-3), 61-83.

<https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>

Hernández-Nieto, R. A. (2002). *Contributions to Statistical Analysis*. Mérida: Universidad de Los Andes.

Hoffman, M. L. (1979). Development of moral thought, feeling, and behavior. *American*

Psychologist, 34(10), 958–966. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.34.10.958>

Hoffman, M. L. (1996). Empathy and moral development. *The annual report of*

educational psychology in Japan, 35, 157-162.

https://doi.org/10.5926/arepj1962.35.0_157

- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and Moral Development: Implications for Caring and Justice*. Cambridge University Press.
- Iurino, K., & Saucier, G. (2020). Testing measurement invariance of the Moral Foundations Questionnaire across 27 countries. *Assessment*, 27(2), 365-372.
<https://doi.org/10.1177/1073191118817916>
- Jordan, J. J., Hoffman, M., Bloom, P., & Rand, D. G. (2016). Third-party punishment as a costly signal of trustworthiness. *Nature*, 530(7591), 473-476.
<https://doi.org/10.1038/nature16981>
- Jost, J. T., Glaser, J., Sulloway, F. J., & Kruglanski, A. W. (2018). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339-375.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Kappeler, P. M., & Van Schaik, C. P. (2006). *Cooperation in primates and humans*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Kenrick, D. T., Sundie, J. M., & Kurzban, R. (2008). Cooperation and conflict between kith, kin, and strangers: Game theory by domains. In C. Crawford & D. Krebs (Eds.), *Foundations of evolutionary psychology* (pp. 353–369). Taylor & Francis Group/Lawrence Erlbaum Associates.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays in moral development: Vol. 2. The psychology of moral development*. New York: Harper & Row.

- Krebs, D. L., & Denton, K. (2005). Toward a more pragmatic approach to morality: a critical evaluation of Kohlberg's model. *Psychological review*, 112(3), 629. <http://doi.org/10.1037/0033-295X.112.3.629>
- Lehmann, L., & Keller, L. (2006). The evolution of cooperation and altruism—a general framework and a classification of models. *Journal of evolutionary biology*, 19(5), 1365-1376. <https://doi.org/10.1111/j.1420-9101.2006.01119.x>
- Leimar, O., & Hammerstein, P. (2001). Evolution of cooperation through indirect reciprocity. *Proceedings of the Royal Society of London. Series B: Biological Sciences*, 268(1468), 745-753. <https://doi.org/10.1098/rspb.2000.1573>
- Leimgruber, K. L. (2018). The developmental emergence of direct reciprocity and its influence on prosocial behavior. *Current Opinion in Psychology*, 20, 122-126. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.01.006>
- Lieberman, D., Tooby, J., & Cosmides, L. (2007). The architecture of human kin detection. *Nature*, 445(7129), 727–731. doi:10.1038/nature05510
- Marsden, M. (2007). Love and elopement in northern Pakistan. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 13(1), 91-108. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2007.00415.x>
- Mujcic, R., & Leibbrandt, A. (2018). Indirect reciprocity and prosocial behaviour: evidence from a natural field experiment. *The Economic Journal*, 128(611), 1683-1699. <https://doi.org/10.1111/eoj.12474>

- Muthukrishna, M., Bell, A. V., Henrich, J., Curtin, C. M., Gedranovich, A., McInerney, J., & Thue, B. (2020). Beyond Western, Educated, Industrial, Rich, and Democratic (WEIRD) psychology: Measuring and mapping scales of cultural and psychological distance. *Psychological science*, 31(6), 678-701.
<https://doi.org/10.1177/0956797620916782>
- Nilsson, A., Erlandsson, A., & Västfjäll, D. (2016). The congruency between moral foundations and intentions to donate, self-reported donations, and actual donations to charity. *Journal of Research in Personality*, 65, 22-29.
<https://doi.org/10.1016/j.jrp.2016.07.001>
- Nowak, M. A., & Sigmund, K. (2005). Evolution of indirect reciprocity. *Nature*, 437(7063), 1291-1298. <https://doi.org/10.1038/nature04131>
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill
- Penke, L., & Asendorpf, J. B. (2008). Beyond global sociosexual orientations: a more differentiated look at sociosexuality and its effects on courtship and romantic relationships. *Journal of personality and social psychology*, 95(5), 1113.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.95.5.1113>
- Penner, L. A., Dovidio, J. F., Piliavin, J. A., & Schroeder, D. A. (2005). Prosocial behavior: Multilevel perspectives. *Annual Review of Psychology*, 56, 365-392.
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070141>

- Pinsof, D., & Haselton, M. G. (2017). The effect of the promiscuity stereotype on opposition to gay rights. *PloS one*, 12(7), e0178534.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0178534>
- Pulfrey, C., & Butera, F. (2016). When and why people don't accept cheating: Self-transcendence values, social responsibility, mastery goals and attitudes towards cheating. *Motivation and Emotion*, 40(3), 438-454.
<https://doi.org/10.1007/s11031-015-9530-x>
- Reis, M. I. C. S., & Pilati, R. (2020). Need for Closure: Measure Adaptation to Brazil and Relation with Moral Foundations and Prosociality. *Trends in Psychology*, 1-18.
<https://doi.org/10.1007/s43076-020-00047-x>
- Reis, M. I. C.S., Pilati, R., & Modesto, J. G. (2025). Does Uncertainty Impact Cooperation? The Effect of Need for Closure, Group Identity, and the Moral Foundations. *Trends in Psychology*, 1-18. <https://doi.org/10.1007/s43076-025-00456-w>
- Rodrigues, J., Ulrich, N., & Hewig, J. (2015). A neural signature of fairness in altruism: A game of theta? *Social Neuroscience*, 10(2), 192-205.
<https://doi.org/10.1080/17470919.2014.977401>
- Sagiv, L., & Schwartz, S. H. (1995). Value priorities and readiness for out-group social contact. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(3), 437-448.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.3.437>

- Schein, C., & Gray, K. (2018). The theory of dyadic morality: Reinventing moral judgment by redefining harm. *Personality and Social Psychology Review*, 22(1), 32-70.
<https://doi.org/10.1177/1088868317698288>
- Schmitt, D. P., & Buss, D. M. (2001). Human mate poaching: Tactics and temptations for infiltrating existing mateships. *Journal of personality and Social Psychology*, 80(6), 894. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.80.6.894>
- Schwartz, S. H. (2010). Basic values: How they motivate and inhibit prosocial behavior. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *Prosocial motives, emotions, and behavior: The better angels of our nature* (pp. 221–241). American Psychological Association.
<https://doi.org/10.1037/12061-012>
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2000). *Research methods in psychology*. McGraw-Hill.
- Sigman, S. M. (2006). Everything lawyers know about polygamy is wrong. *Cornell JL & Pub. Pol'y*, 16, 101.
- Silvino, A. M. D., Pilati, R., Keller, V. N., Silva, E. P., Freitas, A. F. D. P., Silva, J. N., & Lima, M. F. (2016). Adaptation of the Moral Foundations Questionnaire to Brazilian Portuguese. *Psico-USF*, 21(3), 487-495.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712016210304>
- Simpson, B., Harrell, A., & Willer, R. (2013). Hidden paths from morality to cooperation: Moral judgments promote trust and trustworthiness. *Social forces*, 91(4), 1529-1548. <https://doi.org/10.1093/sf/sot015>

- Sleesman, D. J., & Conlon, D. E. (2017). Encouraging prosocial decisions: The role of fairness salience and uncertainty. *Journal of Behavioral Decision Making*, 30(2), 502-515. <https://doi.org/10.1002/bdm.1970>
- Smith, T. W., & Son, J. (2013). *Trends in public attitudes about sexual morality*. NORC at the University of Chicago.
- Sommerville, J. A., Schmidt, M. F., Yun, J. E., & Burns, M. (2013). The development of fairness expectations and prosocial behavior in the second year of life. *Infancy*, 18(1), 40-66. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7078.2012.00129.x>
- Stevens, J. R., Cushman, F. A., & Hauser, M. D. (2005). Evolving the psychological mechanisms for cooperation. *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics*, 36, 499-518. <https://doi.org/10.1146/annurev.ecolsys.36.113004.083814>
- Strupp-Levitsky, M., Noorbaloochi, S., Shipley, A., & Jost, J. T. (2020). Moral “foundations” as the product of motivated social cognition: Empathy and other psychological underpinnings of ideological divergence in “individualizing” and “binding” concerns. *PLoS one*, 15(11), e0241144. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241144>
- Suhler, C. L., & Churchland, P. (2011). Can innate, modular “foundations” explain morality? Challenges for Haidt's moral foundations theory. *Journal of cognitive neuroscience*, 23(9), 2103-2116. <https://doi.org/10.1162/jocn.2011.21637>

- Süssenbach, P., Rees, J., & Gollwitzer, M. (2019). When the going gets tough, individualizers get going: On the relationship between moral foundations and prosociality. *Personality and Individual Differences*, 136, 122-131.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.01.019>
- Tomasello, M., & Vaish, A. (2013). Origins of human cooperation and morality. *Annual review of psychology*, 64, 231-255.
<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143812>
- Torres, C. V., Schwartz, S. H., & Nascimento, T. G. (2016). A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. *Psicologia USP*, 27(2), 341-356.
<https://doi.org/10.1590/0103-656420150045>
- Turiel, E. (2002). *The culture of morality: Social development, context, and conflict*. Cambridge University Press.
- Twito-Weingarten, L., & Knafo-Noam, A. (2022). The development of values and their relation to morality. In *Handbook of moral development* (pp. 339-356). Routledge.
- von Neumann, J., & Morgenstern, O. (1944). *Theory of games and economic behavior*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- Wilhelm, M. O., & Bekkers, R. (2010). Helping behavior, dispositional empathic concern, and the principle of care. *Social Psychology Quarterly*, 73(1), 11-32.
<https://doi.org/10.1177/0190272510361435>

- Wilson, M., and M. Daly. 1992. The man who mistook his wife for a chattel. In *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. J. H. Barkow, L. Cosmides, and J. Tooby, eds. Pp. 289–326. New York: Oxford University Press
- Yilmaz, O., Harma, M., & Doğruyol, B. (2021). Validation of Morality as Cooperation Questionnaire in Turkey, and its relation to prosociality, ideology, and resource scarcity. *European Journal of Psychological Assessment*.
<https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000627>
- Zapko-Willmes, A., Schwartz, S. H., Richter, J., & Kandler, C. (2021). Basic value orientations and moral foundations: Convergent or discriminant constructs?. *Journal of Research in Personality*, 92, 104099.
<https://doi.org/10.1016/j.jrp.2021.104099>
- Zhao, K., & Smillie, L. D. (2015). The role of interpersonal traits in social decision making: Exploring sources of behavioral heterogeneity in economic games. *Personality and Social Psychology Review*, 19(3), 277-302.
<https://doi.org/10.1177/1088868314553709>

Apêndices

Apêndice 1

Itens novos elaborados para cada dimensão e seus respectivos Coeficientes de

Validade de Conteúdo para Validade de Construto, Clareza e Honestidade.

Item	Coeficiente de Validade de Conteúdo		
	Construto	Clareza	Honestidade
Family Values			
Whether or not someone defended their closest relatives	0.80	0.78	0.81
Whether or not someone favoured a member of their closest relatives	0.80	0.76	0.74
Whether or not someone had sex with one's parents or one's siblings	0.76	0.74	0.51
Whether or not someone's actions discourage inbreeding	0.76	0.78	0.53
People must prioritize their closest relatives' well-being	0.88	0.90	0.82
It isn't acceptable to have sex with one's relatives	0.80	0.86	0.65
Families should reprehend sexual relations between siblings	0.80	0.84	0.69
Group Loyalty			
Whether or not someone was loyal to their community	0.86	0.86	0.80
Having long-term relationships is valuable for the community*	0.74	0.80	0.80
Being loyal to one's spouse is beneficial for everyone in the community*	0.56	0.80	0.79
Having sex without commitment is harmful for the community*	0.60	0.72	0.69
Reciprocity			
Whether or not someone fulfilled the sexual exclusivity agreement of their relationship*	0.72	0.74	0.71

Whether or not someone had extramarital relationships*	0.70	0.80	0.67
Whether or not someone remained faithful to their long-term partner*	0.70	0.78	0.71
You must be sexually faithful to someone who is sexually faithful to you	0.76	0.84	0.77
People who cheat on their partners can not be trusted*	0.74	0.84	0.79
Heroism			
Whether or not a man acted femininely*	0.46	0.70	0.73
It's important that men demonstrate masculine traits*	0.56	0.78	0.80
Society would be better if men behaved more manly*	0.58	0.76	0.78
Men should never run away from a fight*	0.64	0.78	0.84
Deference			
Whether or not a woman acted chastely*	0.58	0.76	0.78
Whether or not someone married whom their family had agreed to*	0.74	0.82	0.78
Whether or not someone is in a relationship with someone their family approves*	0.66	0.80	0.78
Whether or not a woman disrespected her husband*	0.64	0.82	0.79
If more women obeyed their husbands, society would be better*	0.60	0.82	0.74
Women should be more humble than men*	0.60	0.78	0.76
It's important that women remain chaste until marriage*	0.58	0.78	0.73
A couple should always seek approval from their families for their relationship*	0.66	0.76	0.81
Fairness			
Whether or not someone has access to more potential partners than others*	0.50	0.64	0.63
It's not fair to have more than one romantic partner*	0.56	0.76	0.78
Divorced people should not be allowed to marry again*	0.44	0.76	0.79

Property Rights

Whether or not someone flirted with a married person*	0.70	0.84	0.82
Whether or not someone violated another person's physical limits*	0.70	0.74	0.76
Whether or not someone respects the boundaries of a married person's commitment*	0.64	0.74	0.80
Whether or not someone respected another person's physical boundaries	0.76	0.84	0.86
It's ok to have a crush on someone else's romantic partner*	0.70	0.74	0.74
It is unacceptable for anyone to violate another person's physical limits*	0.72	0.76	0.74

Indirect Reciprocity

Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others	0.82	0.82	0.85
Whether or not someone who receives help has previously offered help to others	0.80	0.86	0.88
Whether or not someone offers help because they have previously been helped by others	0.86	0.88	0.88
Whether or not someone who has been given help in the past now offers to help others	0.82	0.88	0.89
People should help someone who has previously helped others	0.86	0.90	0.90
People with a good reputation should be helped more	0.80	0.82	0.87
Those who have benefited from someone's help in the past should strive to help others	0.80	0.86	0.88

Negative Reciprocity

Whether or not someone punished others for cheating	0.78	0.84	0.83
Whether or not someone who has not cooperated should be punished for it	0.84	0.84	0.81
Whether or not someone with a good reputation is being punished	0.82	0.78	0.79

People who don't cooperate with society must be punished	0.88	0.88	0.87
Those who punish cheaters should be regarded better than others	0.75	0.78	0.78
Uncooperative behavior must suffer retaliation	0.88	0.86	0.87
Standing			
Whether or not someone helped someone who didn't deserve to be helped	0.82	0.72	0.83
Whether or not someone showed support for someone with a bad reputation	0.88	0.86	0.84
Whether or not someone assisted someone with a good reputation*	0.70	0.86	0.90
Whether or not someone cooperated with an unworthy person	0.84	0.80	0.81
Whether or not help is directed towards someone who has a good reputation*	0.70	0.86	0.88
People should not help other people with a bad reputation	0.90	0.88	0.81
You don't have the obligation to help bad people	0.84	0.82	0.84
Only heterosexuals should have adoption rights*	0.40	0.68	0.61
It's important to ensure that people who do not contribute to society do not get rights	0.78	0.76	0.78
Society should not aid unworthy people	0.80	0.82	0.83

* itens removidos

Apêndice 2

Questionário de Moralidade como Cooperação aplicado no Estudo 1

Escala de Relevância

When you decide whether something is right or wrong, to what extent are the following considerations relevant to your thinking?

- [1] Not at all relevant
- [2] Not very relevant
- [3] Slightly relevant
- [4] Somewhat relevant
- [5] Extremely relevant

Family Values

1. Whether or not someone acted to protect their family.
2. Whether or not someone helped a member of their family.
3. Whether or not someone's action showed love for their family.
4. Whether or not someone defended their closest relatives.*
5. Whether or not someone favoured a member of their closest relatives.*
6. Whether or not someone had sex with one's parents or one's siblings.*
7. Whether or not someone's actions discourage inbreeding.*

Group Loyalty

1. Whether or not someone acted in a way that helped their community.
2. Whether or not someone helped a member of their community.
3. Whether or not someone worked to unite a community.
4. Whether or not someone was loyal to their community.*

Reciprocity

1. Whether or not someone did what they had agreed to do.
2. Whether or not someone kept their promise.
3. Whether or not someone proved that they could be trusted.

Indirect Reciprocity

1. Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others.*
2. Whether or not someone who receives help has previously offered help to others.*
3. Whether or not someone offers help because they have previously been helped by others.*
4. Whether or not someone who has been given help in the past now offers to help others.*

Negative Reciprocity

1. Whether or not someone punished others for cheating.*
2. Whether or not someone who has not cooperated should be punished for it.*
3. Whether or not someone with a good reputation is being punished.*

Standing

1. Whether or not someone helped someone who didn't deserve to be helped.*
2. Whether or not someone showed support for someone with a bad reputation.*

3. Whether or not someone cooperated with an unworthy person.*

Heroism

1. Whether or not someone acted heroically.
2. Whether or not someone showed courage in the face of adversity.
3. Whether or not someone was brave.

Deference

1. Whether or not someone deferred to those in authority.
2. Whether or not someone disobeyed orders.
3. Whether or not someone showed respect for authority.

Fairness

1. Whether or not someone kept the best part for themselves.
2. Whether or not someone showed favouritism.
3. Whether or not someone took more than others.

Property Rights

1. Whether or not someone vandalised another person's property.
2. Whether or not someone kept something that didn't belong to them.
3. Whether or not someone's property was damaged.
4. Whether or not someone respected another person's physical boundaries.*

Escala de Julgamento

To what extent do you agree with the following statements?

- [1] Strongly disagree
- [2] Disagree
- [3] Neither
- [4] Agree
- [5] Strongly agree

Family Values

1. People should be willing to do anything to help a member of their family.
2. You should always be loyal to your family.
3. You should always put the interests of your family first.
4. People must prioritize their closest relatives' well-being.*
5. It isn't acceptable to have sex with one's relatives.*
6. Families should reprehend sexual relations between siblings.*

Group Loyalty

1. People have an obligation to help members of their community.
2. It's important for individuals to play an active role in their communities.
3. You should try to be a useful member of society.

Reciprocity

1. You have an obligation to help those who have helped you.
2. You should always make amends for the things you have done wrong.
3. You should always return a favour if you can.
4. You must be sexually faithful to someone who is sexually faithful to you.*

Indirect Reciprocity

1. People should help someone who has previously helped others.*
2. People with a good reputation should be helped more.*
3. Those who have benefited from someone's help in the past should strive to help others.*

Negative Reciprocity

1. People who don't cooperate with society must be punished.*
2. Those who punish cheaters should be regarded better than others.*
3. Uncooperative behavior must suffer retaliation.*

Standing

1. People should not help other people with a bad reputation.*
2. You don't have the obligation to help bad people.*
3. It's important to ensure that people who do not contribute to society do not get rights.*
4. Society should not aid unworthy people.*

Heroism

1. Courage in the face of adversity is the most admirable trait.
2. Society should do more to honour its heroes.
3. To be willing to lay down your life for your country is the height of bravery.

Deference

1. People should always defer to their superiors.
2. Society would be better if people were more obedient to authority.
3. You should respect people who are older than you.

Fairness

1. Everyone should be treated the same.
2. Everyone's rights are equally important.
3. The current levels of inequality in society are unfair.

Property Rights

1. It's acceptable to steal food if you are starving.
2. It's ok to keep valuable items that you find, rather than try to locate the rightful owner.
3. Sometimes you are entitled to take things you need from other people.
4. Whether or not someone respected another person's physical boundaries.*

* = Itens novos.

Apêndice 3

Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de sete fatores para a escala de Relevância.

Item	Fator						
	1	2	3	4	5	6	7
VF1-Whether or not someone acted to protect their family.							,78
VF2-Whether or not someone helped a member of their family.							,88
VF3-Whether or not someone's action showed love for their family.							,76
VF4-Whether or not someone defended their closest relatives.							,77
VF5-Whether or not someone favoured a member of their closest relatives.							,48
LG1-Whether or not someone acted in a way that helped their community.						,95	
LG2-Whether or not someone helped a member of their community.						,95	
LG3-Whether or not someone worked to unite a community.						,75	
LG4-Whether or not someone was loyal to their community.						,49	
R1-Whether or not someone did what they had agreed to do.				-,83			
R2-Whether or not someone kept their promise.				-,97			
R3-Whether or not someone proved that they could be trusted.				-,68			
IR1-Whether or not help is being directed toward someone who has previously helped others.	,72						
IR2-Whether or not someone who receives help has previously offered help to others.	,77						
IR3-Whether or not someone offers help because they have previously been helped by others.	,94						
IR4-Whether or not someone who has been given help in the past now offers to help others.	,86						
NR1-Whether or not someone punished others for cheating.					-,39		

NR2-Whether or not someone who has not cooperated should be punished for it.	-,47
NR3-Whether or not someone with a good reputation is being punished.	-,44
S1-Whether or not someone helped someone who didn't deserve to be helped.	-,82
S2-Whether or not someone showed support for someone with a bad reputation.	-,87
S3-Whether or not someone cooperated with an unworthy person.	-,92
H1-Whether or not someone acted heroically.	,81
H2-Whether or not someone showed courage in the face of adversity.	,87
H3-Whether or not someone was brave.	,90
D1-Whether or not someone deferred to those in authority.	
D2-Whether or not someone disobeyed orders.	
D3-Whether or not someone showed respect for authority.	
F1-Whether or not someone kept the best part for themselves.	
F2-Whether or not someone showed favouritism.	
F3-Whether or not someone took more than others.	
PR1-Whether or not someone vandalised another person's property.	,95
PR2-Whether or not someone kept something that didn't belong to them.	,90
PR3-Whether or not someone's property was damaged.	,87
PR4-Whether or not someone respected another person's physical boundaries	,59

Apêndice 4

Cargas Fatoriais da análise fatorial exploratória da solução de seis fatores para a escala de Julgamento.

Item	Fatores					
	1	2	3	4	5	6
VF1- People should be willing to do anything to help a member of their family.	,88					
VF2-You should always be loyal to your family.	,90					
VF3-You should always put the interests of your family first.	,87					
VF4-People must prioritize their closest relatives' well-being.	,78					
LG1-People have an obligation to help members of their community.					-,70	
LG2-It's important for individuals to play an active role in their communities.					-,68	
LG3-You should try to be a useful member of society.			,31		-,51	
R1-You have an obligation to help those who have helped you.			,57			
R2-You should always make amends for the things you have done wrong.			,53			
R3-You should always return a favour if you can.			,71			
R4-You must be sexually faithful to someone who is sexually faithful to you.						
IR1-People should help someone who has previously helped others.			,67			
IR2-People with a good reputation should be helped more.		-,43	,36			
IR3-Those who have benefited from someone's help in the past should strive to help others.			,72			
NR1- People who don't cooperate with society must be punished.		-,76				
NR2- Those who punish cheaters should be regarded better than others.		-,63				
NR3- Uncooperative behavior must suffer retaliation.		-,74				

S1- People should not help other people with a bad reputation.	-,67		
S2- You don't have the obligation to help bad people.	-,33		,35
S3- It's important to ensure that people who do not contribute to society do not get rights.	-,73		
S4- Society should not aid unworthy people.	-,71		
H1- Courage in the face of adversity is the most admirable trait.		,32	
H2- Society should do more to honour its heroes.		,35	-,33
H3- To be willing to lay down your life for your country is the height of bravery.			-,43
D1- People should always defer to their superiors.	-,43		-,43
D2- Society would be better if people were more obedient to authority.	-,43		-,48
D3- You should respect people who are older than you.			-,45
F1- Everyone should be treated the same.			,72
F2- Everyone's rights are equally important.			,83
F3 The current levels of inequality in society are unfair.			,58
PR1- It's acceptable to steal food if you are starving		,52	
PR2- It's ok to keep valuable items that you find, rather than try to locate the rightful owner.		,44	
PR3- Sometimes you are entitled to take things you need from other people.		,54	

Apêndice 5

Questionário de Fundamentos Morais – QFM20

Part 1. When you decide whether something is right or wrong, to what extent are the following considerations relevant to your thinking? Please rate each statement using this scale:

- [0] = not at all relevant (This consideration has nothing to do with my judgments of right and wrong)
 [1] = not very relevant
 [2] = slightly relevant
 [3] = somewhat relevant
 [4] = very relevant
 [5] = extremely relevant (This is one of the most important factors when I judge right and wrong)

1. Whether or not someone suffered emotionally.
2. Whether or not some people were treated differently than others.
3. Whether or not someone's action showed love for his or her country.
4. Whether or not someone showed a lack of respect for authority.
5. Whether or not someone violated standards of purity and decency.
6. Whether or not someone was good at math.
7. Whether or not someone cared for someone weak or vulnerable.
8. Whether or not someone acted unfairly.
9. Whether or not someone did something to betray his or her group.
10. Whether or not someone conformed to the traditions of society.
11. Whether or not someone did something disgusting.

Part 2. Please read the following sentences and indicate your agreement or disagreement:

- [0] Strongly disagree
 [1] Moderately disagree
 [2] Slightly disagree
 [3] Slightly agree
 [4] Moderately agree
 [5] Strongly agree

1. Compassion for those who are suffering is the most crucial virtue.
2. When the government makes laws, the number one principle should be ensuring that everyone is treated fairly.
3. I am proud of my country's history.
4. Respect for authority is something all children need to learn.
5. People should not do things that are disgusting, even if no one is harmed.
6. It is better to do good than to do bad.
7. One of the worst things a person could do is hurt a defenseless animal.
8. Justice is the most important requirement for a society.

9. People should be loyal to their family members, even when they have done something wrong.
10. Men and women each have different roles to play in society.
11. I would call some acts wrong on the grounds that they are unnatural.

Apêndice 6

Questionário final de Moralidade como Cooperação adaptado ao contexto brasileiro.

Parte 1. Quando você decide se algo é certo ou errado, até que ponto as seguintes considerações são relevantes para o seu raciocínio?

- [1] Nada relevante
- [2] Não muito relevante
- [3] Um pouco relevante
- [4] Muito relevante
- [5] Extremamente relevante

1. Se alguém agiu ou não para proteger sua própria família.
2. Se alguém ajudou ou não um membro de sua própria família.
3. Se a ação de alguém demonstrou ou não amor pela sua própria família.
4. Se alguém defendeu ou não seus parentes mais próximos.
5. Se alguém favoreceu ou não um parente próximo.
6. Se alguém agiu ou não de uma forma que ajudou a sua própria comunidade.
7. Se alguém ajudou ou não um membro da sua própria comunidade.
8. Se alguém trabalhou ou não para unir uma comunidade.
9. Se alguém foi leal ou não à sua própria comunidade.
10. Se alguém fez ou não o que concordou em fazer.
11. Se alguém cumpriu ou não sua promessa.
12. Se alguém provou ou não que é confiável.
13. Se a ajuda está ou não sendo direcionada a alguém que já ajudou outras pessoas.
14. Se alguém que recebe ajuda já ofereceu ou não ajuda a outras pessoas.
15. Se alguém oferece ou não oferece ajuda porque já foi ajudado por outras pessoas.

16. Se alguém que recebeu ajuda no passado agora se oferece ou não para ajudar outros.
17. Se alguém puniu ou não outros por trapacear.
18. Se alguém que não cooperou deve ou não ser punido por isso.
19. Se alguém com uma boa reputação está sendo punido ou não.
20. Se alguém ajudou ou não uma pessoa que não merecia ser ajudada.
21. Se alguém demonstrou ou não apoio a uma pessoa com uma má reputação.
22. Se alguém cooperou ou não com uma pessoa indigna.
23. Se alguém agiu heroicamente ou não.
24. Se alguém demonstrou ou não coragem diante da adversidade.
25. Se alguém foi corajoso ou não.
26. Se alguém cedeu ou não àqueles que têm autoridade.
27. Se alguém desobedeceu ou não às ordens.
28. Se alguém demonstrou ou não respeito pela autoridade.
29. Se alguém guardou ou não a melhor parte para si.
30. Se alguém mostrou ou não favoritismo.
31. Se alguém levou ou não levou mais que outros.
32. Se alguém vandalizou ou não a propriedade de outra pessoa.
33. Se alguém ficou ou não com algo que não lhe pertencia.
34. Se a propriedade de alguém foi danificada ou não.
35. Se alguém respeitou ou não os limites físicos de outra pessoa.

Parte 2. Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações?

- [1] Discordo fortemente
- [2] Discordo
- [3] Nem um nem outro

[4] Concordo

[5] Concordo fortemente

1. As pessoas deveriam estar dispostas a fazer qualquer coisa para ajudar um membro da sua família.
2. Você deveria sempre ser leal à sua própria família.
3. Você deveria sempre colocar os interesses da sua família em primeiro lugar.
4. As pessoas devem priorizar o bem-estar dos seus familiares mais próximos.
5. As pessoas têm a obrigação de ajudar os membros das comunidades delas.
6. É importante que os indivíduos desempenhem um papel ativo em suas comunidades.
7. Você deveria tentar ser um membro útil da sociedade.
8. Você tem a obrigação de ajudar aqueles que lhe ajudaram.
9. Você deveria sempre corrigir as coisas que fez de errado.
10. Você deveria sempre retribuir um favor, se puder.
11. As pessoas deveriam ajudar alguém que já ajudou outros.
12. Aqueles que se beneficiaram da ajuda de alguém no passado deveriam se esforçar para ajudar outros.
13. Pessoas que não cooperam com a sociedade devem ser punidas.
14. Aqueles que punem trapaceiros deveriam ser considerados melhores que os outros.
15. O comportamento não cooperativo deve sofrer retaliação.
16. As pessoas não deveriam ajudar pessoas com uma reputação ruim.
17. É importante garantir que pessoas que não contribuem para a sociedade não tenham direitos.
18. A sociedade não deveria ajudar pessoas indignas.
19. Coragem frente aos obstáculos é a característica mais admirável.

20. A sociedade deveria fazer mais para homenagear seus heróis.
21. Estar disposto a dar a vida pelo seu país é o ápice da bravura.
22. Todos deveriam ser tratados da mesma forma.
23. Os direitos de todos são igualmente importantes.
24. Os níveis atuais de desigualdade na sociedade são injustos.
25. É aceitável roubar comida se você estiver faminto.
26. Está tudo bem ficar com itens de valor que você encontrar em vez de tentar achar o dono legítimo.
27. Às vezes você tem o direito de pegar as coisas que você precisa de outras pessoas.